

**FACULDADE EDUFOR  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS ESTIVA EM SÃO LUÍS/MA  
EM TEMPOS DE PANDEMIA**

---



**São Luís/MA  
2022**

**CARLA DE CARVALHO**

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CREAS ESTIVA EM SÃO LUÍS/MA  
EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Monografia submetida à aprovação do curso de Bacharelado em Serviço Social da Faculdade Edufor, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Ma. Izamara Nunes Sousa

**São Luís/MA**

**2022**

C331t Carvalho, Carla de

O trabalho do assistente social no CREAS Estiva em São Luís/MA em tempos de pandemia / Carla de Carvalho — São Luís: Faculdade Edufor, 2022.

58 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (SERVIÇO SOCIAL) — Faculdade Edufor - São Luís, 2022.

Orientador(a) : Izamara Nunes Sousa

1. Política de Assistência Social. 2. Trabalho. 3. Serviço Social. I. Título.

FACULDADE EDUFOR SÃO LUÍS

CDU 364.3(812.1)

**CARLA DE CARVALHO**

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS ESTIVA EM SÃO LUÍS/MA EM  
TEMPOS DE PANDEMIA**

Monografia submetida à aprovação do curso de Bacharelado em Serviço Social da Faculdade Edufor, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

São Luís/MA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Izamara Nunes Sousa  
Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA)  
Orientador(a)

---

Prof<sup>a</sup>. Aylana Cristina Rabelo Silva  
Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA)

---

Prof<sup>a</sup>. Enaire de Maria Sousa da Silva  
Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico (UFMA)

Dedico esse trabalho a toda minha família, sobretudo minha mãe Maria e irmã Fernanda, por sempre acreditarem em mim, mesmo quando eu enfraquecia, são meus maiores exemplos de pessoas. É com muito amor que lhes dedico este trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus por ter me fortalecido e me carregado todas as vezes que minhas energias se esgotaram, sei que foi ele com seu amor eterno e incondicional que me fez chegar até aqui, sem ele nada eu seria/conseguiria, em muitos momentos a minha fé se abalou, mas ele ainda assim, me sustentou. A minha irmã Fernanda Carvalho que foi meu alicerce, sempre segurou minha mão a cada vitória e derrota, por sempre me lembrar que eu sou capaz e que eu conseguiria, que sempre verdadeiramente me apoiou e acreditou em mim, e não mediu esforços para que eu realizasse o meu sonho. Minha mãe Maria Albertina, que com humildade e honestidade me criou da melhor maneira possível, por sempre se emocionar a cada conquista minha, pelas noites mal dormidas de preocupação, a sua confiança em mim é sem dúvidas o que me move.

Meu padrasto por todo amor e confiança, meus irmãos Lilia Carvalho, Josenilson Nascimento e Jaqueline Nascimento por todo amor compartilhado.

À toda minha família: meus padrinhos e madrinhas, minha vó, meus tios e tias, meus primos, afilhados, sobrinhos, cunhadas, namorado, comadres e compadres e todos os amigos que verdadeiramente torcem por mim, pois sem eles a vida não teria graça nenhuma. Minhas amigas de faculdade Brenda Mendes, Daiane Rodrigues, Karolayne Susan, Raiane Keile (meu grupinho peculiar) e Leticia Silva, que se tornaram mais do que apenas necessárias, se tornaram família, vocês foram crucial nessa jornada árdua que é a faculdade, irei lembrar sempre dos nossos momentos de aventuras, obrigada por todos os momentos compartilhados, desde os estresses até os momentos de ices, conversas e risadas que mantiveram a minha sanidade durante esses quatro anos, sei que muitas vezes o cansaço e medo nos fizeram brigar, mas tudo se tornou mais fácil porque eu tinha vocês.

Minha professora e orientadora Izamara Nunes pela ajuda e orientação neste trabalho e contribuição fundamental na minha formação. As minhas queridas professoras, em especial a Christiane Lima e Enaire Souza pela elevada qualidade do ensino oferecido e por sempre nos mostrarem que somos capazes de realizar tudo aquilo que desejamos se dermos o nosso melhor. A todos os funcionários e usuários do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Estiva. A todas as pessoas que direta ou indiretamente me ajudaram na concretização deste trabalho.

“O momento em que vivemos é um momento pleno de desafios. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos: mais humanos, mais justos e mais solidários”.

Marilda Vilela lamamoto

## RESUMO

A presente pesquisa se direcionou ao trabalho do assistente social do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Estiva, objetivando elucidar os sentidos de trabalho e instrumentalidade(s) que se materializam em seus cotidianos. Optei pela realização da pesquisa de natureza qualitativa, por conta da complexidade dos fenômenos que se apresentam diante da realidade social (MINAYO E SANCHES, 1993). Para construção desta, utilizamos das pesquisas de cunho bibliográfico e documental, que nos possibilitaram bases fundamentais para a análise e a interpretação do objeto em tela. A fim de obter aproximações sucessivas com o real, objetivando ligar a teoria e a empírica, realizamos a pesquisa de campo, que possibilitou a coleta de informações do problema central no qual se pretendia investigar, cujo, foi analisado a partir da sua inserção na realidade social (PRODANOV E FREITAS, 2013). Concomitante a isto, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas. Sob o olhar de Rosália Duarte (2004), esta metodologia permite apreender as especificidades do que está sendo pesquisado, nos concedendo compreender os conflitos, as contradições e os valores que perpassam nosso campo de estudo. Também utilizei a técnica da observação direta, visto que, quanto mais coletei dados e informações, mais enriquecida será a pesquisa, além da criação de perfis individualizados, que nos possibilitaram uma maior aproximação com a interlocutora. Ressaltamos que este perfil resguardaram o sigilo profissional, bem como, reiteraram a dimensão ética no decorrer da pesquisa, a fim de não detectar a identidade da interlocutora. Todas as entrevistas foram transcritas, para uma maior análise do conteúdo colhido em campo. Portanto, este trabalho nos deu a possibilidade de analisar, criticamente, as percepções e os sentidos de assistentes sociais sobre os sentidos de trabalho e instrumentalidade(s) que se expressam no decorrer de seu exercício profissional, dentro da Política de Assistência Social, enquanto trabalhadoras atuantes no âmbito da Proteção Social Básica, abrindo margens para compreender o trabalho executado, a saber, nos CRAS Estive.

**Palavras-chave:** Política de Assistência Social. Trabalho. Serviço Social.

## **ABSTRACT**

The present research was directed to the work of the social worker of the Social Assistance Reference Center (CRAS) I was aiming to elucidate the meanings of work and instrumentality(ies) that materialize in their daily lives. I chose to carry out research of a qualitative nature, due to the complexity of the phenomena that present themselves in the face of social reality (MINAYO E SANCHES, 1993). For the construction of this, we used bibliographic and documentary research, which provided us with fundamental bases for the analysis and interpretation of the object on screen. In order to obtain successive approximations with the real, aiming to link theory and empirical, we carried out field research, which made it possible to collect information on the central problem in which it was intended to investigate, which was analyzed from its insertion in reality. (PRODANOV AND FREITAS, 2013). Concomitant to this, semi-structured interviews were used. Under the eyes of Rosália Duarte (2004), this methodology allows us to apprehend the specifics of what is being researched, allowing us to understand the conflicts, contradictions and values that permeate our field of study. I also used the technique of direct observation, since the more I collected data and information, the more enriched the research will be, in addition to the creation of individualized profiles, which allowed us to get closer to the interlocutor. We emphasize that this profile protected professional secrecy, as well as reiterated the ethical dimension during the research, in order not to detect the identity of the interlocutor. All interviews were transcribed for further analysis of the content collected in the field. Therefore, this work gave us the possibility to critically analyze the perceptions and meanings of social workers about the meanings of work and instrumentality(ies) that are expressed in the course of their professional practice, within the Social Assistance Policy, as workers. active in the scope of Basic Social Protection (PSB), opening margins to understand the work performed, namely, in the CRAS Been.

**Keywords:** Social Assistance Policy. Job. Social Work.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF/1988	Constituição Federal de 1988
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB	Norma Operacional Básica
NOB/RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
ONG's	Organizações não-governamentais
PAIF	Programa de Atenção Integral às Famílias
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SARS-COV2	Síndrome Respiratória Aguda Grave
SEMCAS	Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2 A SOCIABILIDADE CAPITALISTA E O MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO</b> .....	<b>13</b>
2.1 UMA NOTA SOBRE A SOCIABILIDADE CAPITALISTA .....	13
2.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E EMPOBRECIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA.....	18
2.3 TRABALHO E A SOCIABILIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA .....	24
<b>3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA ASSISTÊNCIA SOCIAL</b> .....	<b>30</b>
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DA CATEGORIA TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL .....	30
3.1.1 Operacionalização da Política de Assistência Social.....	31
3.2 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO ..	33
<b>4 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRASESTIVA EM SÃO LÚIS/MA: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA</b> .....	<b>34</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>47</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>51</b>
<b>APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS</b> .....	<b>51</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, com a intensificação das expressões da questão social enquanto substrato da exploração de uma classe sobre outra, a acentuação das desigualdades sociais vem se destacando no nosso cotidiano. Diariamente presenciamos situações que refletem o panorama destacado acima, um exemplo nítido dessa questão é o fenômeno da população em situação de extrema pobreza concentrada nos centros urbanos.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2020), os primeiros casos de covid-19 foram confirmados em dezembro de 2019, no período em que o governo chinês notificou a organização sobre os crescentes casos de pneumonia na cidade de Wuhan. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou o surto do novo coronavírus e constituiu uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), o mais alto nível de alerta da organização, no intuito de mobilizar mundialmente as nações para interromper a propagação do vírus.

Em março de 2020, foi declarada pandemia mundial. Diante da fácil transmissão e rápida propagação, os governos de diversos países optaram por medidas que reduzissem a contaminação, entre elas o fechamento das fronteiras e dos estabelecimentos que não fossem considerados essenciais para sobrevivência (como escolas e comércio).

Diante das medidas de isolamento, deu-se início a uma grande crise econômica mundial. De acordo com Gerbelli (2020), para o Fundo Monetário Internacional (FMI), a pandemia do coronavírus fará com que a economia mundial registre o pior desempenho desde a Grande Depressão de 1929. Conforme relatórios da Prefeitura de São Luiz, os primeiros casos confirmados na cidade ocorreram em março de 2020, 19 dias após o primeiro caso no Brasil. De imediato, algumas medidas foram tomadas pelo governo do Estado como: distribuição de máscaras em locais de grande circulação, aumento do número de leitos de internação, suspensão de eventos e aulas, fechamento do comércio não essencial, dentre outras medidas estabelecidas nos decretos estaduais.

Diante dessa realidade e compreendendo a importância de trazer à tona o debate sobre a o cenário contemporâneo com a intervenção do serviço social em tempos de pandemia do covid-19, a partir de elementos que compõem a subjetividade destes indivíduos, bem como das condições materiais postas pela sociedade capitalista que incidem sobre o fenômeno em discussão, trarei nesta pesquisa um estudo a cerca desses elementos e condições de vida presentes no cotidiano da

população em situação de extrema pobreza atendida pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS sediado no bairro Estiva na cidade de São Luís/MA

Conforme relata Netto (2006, p. 153) a questão social existe desde o século XIX para dar nome ao pauperismo como fruto da onda industrializante vivenciada na Inglaterra, um fenômeno novo acarretado não somente pela polarização de ricos e pobres que configura a desigualdade social, mas principalmente pela apropriação dos bens produzidos socialmente.

Além das especificidades citadas acima, se torna indispensável o esclarecimento de que, para além delas, também as formas de assistência e enfrentamento do fenômeno da população em tempos de pandemia deram de forma diferente momentos. Durante um longo espaço de tempo, a Assistência Social ficava a cargo de grupos religiosos, humanitários e políticos que desenvolviam ações a fim de suprir necessidades pontuais dos que usufruíam dessas ações. As atividades realizadas nesse sentido apresentavam um caráter de bem-estar e prestação de favor. A população em extrema pobreza também ficava a cargo das ações de caridade supracitadas que por meio da filantropia atendiam a algumas demandas deste segmento.

Em conformidade com Nogueira (2014) os avanços auferidos na Assistência Social brasileira são demarcados por processos políticos muito recentes, que por sua vez, foram de suma importância para a construção de uma política nacional voltada

para população em extrema pobreza. Com o desenvolvimento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), no tocante aos direitos sociais, a população de rua passou a ganhar visibilidade quando foram considerados fundamentais a todos os cidadãos os direitos sociais, sendo estes agora respaldados pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e regulamentados nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal, reconhecendo a Assistência Social como política pública.

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993)

As legislações supracitadas servirão de protoforma para trazer à tona o discurso sobre a população de baixa renda, e por meio de árduas lutas travadas no bojo da sociedade, conseguir algumas vitórias materializadas em espaço de discussões, conferências, legislações e política pública a nível nacional. Esses marcos legais foram fundamentais para a configuração da prestação de serviços públicos voltados para a população em questão. Mais especificamente, a Política Nacional para a População em Extrema pobreza, foi um grande ganho, ao passo que, a partir dela, foram implementados os centros específicos seguindo a mesma padronização em equipamentos espalhados pelo Brasil.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa se constitui em conhecer o trabalho do Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS em tempos de pandemia. Tendo como objetivos específicos compreender o processo de construção do equipamento, descrever os serviços oferecidos pelo mesmo e identificar as atribuições e competências do Assistente Social nesse espaço.

Diante da atual situação de violação de direitos, decorrente de uma sociedade enraizada no conservadorismo, mesmo depois de muitas conquistas dos movimentos da Assistência Social e dentro do projeto ético-político que rege o Serviço Social, este estudo se faz de grande importância na luta pela garantia e proteção desse grupo inserido em uma das problemáticas que fazem parte do agravamento da questão social.

A referida pesquisa tem enquanto relevância social um caráter de alerta e denúncia da violação de direitos a população. Academicamente o estudo tem sua importância pela proposta de agregar conhecimento a outros estudantes, que pretendem seguir nessa temática, procurando desvelar os processos de trabalho do

assistente social junto a população aos usuários da Assistência Social mediante um contexto de aumento significativo da pandemia do Covid-19 contra este segmento, além de conhecer o equipamento, que apesar de muito importante não é tão divulgado para sociedade.

O interesse neste tema surgiu antes mesmo do ingresso enquanto aluna do curso de graduação de Serviço Social ao presenciar cenas, principalmente no centro da cidade de São Luís/MA, onde encontramos muitas pessoas vivendo em situação de extrema pobreza, e ao observar noticiários e meios de comunicação que, muitas vezes, tomavam os moradores buscam orientações acerca de seus direitos sociais. Estes elementos, somados às leituras relacionadas ao tema, instigaram o interesse em compreender a trajetória percorrida por este segmento, bem como as motivações que foram determinantes para tal condição de vida e sua relação com o trabalho na sociedade.

Esta pesquisa foi pautada na metodologia crítica, com base numa abordagem materialista histórica e dialética. Para tanto se fez necessário um estudo bibliográfico e documental reunindo insumos inerentes ao referido tema. A pesquisa de campo foi realizada no CRAS Estiva com a profissional de serviço social, sendo utilizados instrumentos como entrevista semiestruturada e observação simples para a coleta de dados. A escolha do profissional de Serviço Social teve como intuito compreender o processo de trabalho realizado por este no atendimento aos usuários. De acordo com Minayo (2008), neste tipo de entrevista o roteiro pode possuir principalmente perguntas abertas, isso possibilita ao entrevistado falar mais livremente sobre o tema proposto, assim como o pesquisador pode criar formas de prosseguir a entrevista. Esta não se torna, assim, engessada.

Para exposição deste trabalho, tem-se no primeiro capítulo uma explanação acerca do debate gerado sobre a conjuntura atual; mundo do trabalho, mudanças que resultam na precarização, flexibilização e perda de direitos e pobreza relacionados ao contexto de pandemia. no segundo capítulo, aborda-se sobre a Política da Assistência Social junto a conjuntura atual e a atuação do assistente social no equipamento CRAS. No terceiro capítulo apresentam-se os métodos utilizados para a realização deste estudo e em seguida, em um quarto e último capítulo, os dados encontrados através da pesquisa realizada. Para a finalização construímos as considerações finais baseadas nos dados coletados e demais referências bibliográficas para êxito deste trabalho.

## **2 A SOCIABILIDADE CAPITALISTA E O MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO**

Neste capítulo, traremos uma discussão a respeito da forma sobre a qual se estrutura o sistema capitalista e as consequências que este acarreta a sociedade no mundo do trabalho. Não é preciso a realização de um estudo bibliográfico aprofundado para perceber que a sociedade é marcada por profundas desigualdades sociais. Em uma mesma cidade podemos perceber a polarização das classes apenas observando os bairros que a compõe ou mesmo nos indevidos que nela circulam. Com o passar dos anos essa desigualdade vem se acirrando e se colocando cada vez mais a vista, e o motivo para tal exposição é a consolidação das bases do sistema econômico no qual estamos imersos.

### **2.1 UMA NOTA SOBRE A SOCIABILIDADE CAPITALISTA**

Podemos acompanhar diariamente nos noticiários o aumento das taxas de desemprego no país. Tal situação vai refletir diretamente na condição de vida da classe trabalhadora, pois sem emprego, esta não terá meio para prover sua sobrevivência, o que pode acarretar outro fenômeno que vem se expandindo na contemporaneidade, o aumento da população em extrema pobreza nos centros urbanos das capitais brasileiras. Uma vez que um indivíduo não encontra meios formais, nos moldes impostos pela sociedade, para a produção dos insumos necessários à sua sobrevivência, esta passa a tentar produzi-los de maneira informal, sendo a extrema pobreza uma opção.

O sistema capitalista constitui uma sociabilidade na qual todas as relações estabelecidas entre os homens sofrem influências diretas deste sistema. As relações sociais e de produção são transpassadas por este sistema, que as moldam segundo o seu regime de acumulação. Essas mudanças refletem diretamente na intensificação das expressões da questão social, assim “questão social é indissociável da sociabilidade capitalista” (IAMAMOTO, 2015).

Na sociabilidade capitalista, a força de trabalho humano de um expressivo contingente populacional que não possui meios e instrumentos para produção de sua subsistência, passa a ser vendida para uma pequena parte da população, está por sua vez, é detentora de meios e recursos para a efetivação da produção. A produção,

objetivada de forma coletiva pela massa dos trabalhadores é apropriada pelos referidos donos dos meios de produção, restando aos trabalhadores apenas o mínimo para a sua reprodução. Aqui se acentua o cerne da questão social:

A gênese da questão social na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, o trabalho das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] Assim, a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando a plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche (IAMAMOTO, 2015, p. 155).

O desenvolvimento científico, vivenciado paulatinamente em todas as sociabilidades, foi incorporado pelo capitalismo promovendo o incremento e a modernização dos meios de produção, propiciando assim um progresso na acumulação do capital. Com o progresso da acumulação, o aumento da produtividade torna-se um de seus produtos e sua alavanca mais poderosa, operando-se uma mudança na composição técnica e de valor do capital (IAMAMOTO, 2015, p. 157).

Com o aumento da produtividade, em virtude desenvolvimento tecnológico, o trabalhador passa a produzir mais em menor espaço de tempo, logo a massa de trabalhadores operando o maquinário das empresas é reduzida significativamente fazendo emergir muitos trabalhadores desempregados:

Populações empobrecidas vêm sendo empurradas no rumo da exclusão, na medida em que enveredamos por uma lógica econômica que é capaz de proporcionar um incremento notável da produção, paralelamente a uma brutal redução do emprego e do trabalho humano. Nesse sentido, algumas categorias de trabalhadores são jogadas no desemprego e, passando algum tempo, podem tornar-se desnecessárias ao circuito econômico [...] (BURSZTYN, 2000, p. 28).

Bursztyn aponta que o desemprego acarreta o surgimento de uma categoria desnecessária para a produção capitalista, sem emprego e sem funcionalidade para o capital. Partilhando dessa ideia, Iamamoto confirma o surgimento dessa categoria quando afirma que “Cresce, pois, uma superpopulação relativa para esse padrão de desenvolvimento não os inúteis para o mundo”, a que se refere Castel (1998), mas os supérfluos para o capital” [...] (IAMAMOTO, 2015, p. 157). Os dois autores estabelecem, portanto, uma relação entre as novas formas de produção e a intensificação do desemprego que vai dar corpo a uma classe indispensável para o funcionamento do sistema capitalista.

Ainda sobre essa discussão, Silva (2009) relata que o aumento da produtividade não é suficiente para o capitalista, e fundamenta sua fala na formação de um exército industrial de reserva que vai proporcionar a conformação dos trabalhadores com a situação de trabalho que lhe estão sendo postas:

[...] não basta à produção capitalista a quantidade de força de trabalho disponível pelo incremento natural da população. Ela precisa de um exército industrial de reserva que não dependa desse limite natural. Para isso, por meio da elevação da produção, em relação à força de trabalho, que implica acréscimo de meios de produção, associados a métodos que contraem o tempo socialmente necessário à produção e aumenta o trabalho excedente, uma parte dos trabalhadores é induzida ao desemprego ou subemprego, conforme sejam as necessidades de acumulação e expansão do capital, criando-se uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva (SILVA, 2009, p. 65).

Logo, a existência de um exército industrial de reserva se configura na mais importante fonte de enriquecimento individual dos capitalistas de forma a proporcionar um emulsionamento e aceleração da acumulação do capital. Aqui podemos entender o poder de dominação e exploração exercida pelo sistema econômico que vem regendo a humanidade. Esse poder vai criando a partir do desemprego e, conseqüentemente, da privação dos meios de vida, condições de pobreza e desigualdade sociais que serão usadas ao seu favor.

O sistema capitalista tem como principal característica a produção de uma superpopulação supérflua ao capital, uma vez que somente por meio desta é possível o processo de expansão do mercado capitalista. Essa população supérflua segundo retrata Marx (1867), é o panorama sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão de obra se movimenta. Nessa lei, nem todos os que buscam empregos e oportunidades são contemplados, ficando muitos à margem da sociedade.

Essa realidade tem como pano de fundo uma sociabilidade marcada por desigualdades sociais enquanto substrato da apropriação da riqueza, produzida coletivamente, e apropriada pelos donos do capital, na qual o Estado se coloca como instrumento do capitalismo, baseando seu discurso na máxima de que cada indivíduo é responsável pela sua condição de vida e que é ele também próprio o único responsável pelo provimento de toda e qualquer necessidade inerente a sua sobrevivência. Deste modo, frente a essa organização societária, a classe trabalhadora tem que estar sempre apta para exercer toda e qualquer atividade laboral ofertada pelo mundo do trabalho em detrimento de sua sobrevivência.

Eis aí a grande questão, as condições de vida de cada indivíduo não se dão de forma homogênea, cada sujeito constitui sua forma de existência decorrente de fatores econômicos, sociais, políticos, territoriais, culturais dentre outros que podem divergir de acordo com cada classe social. Contudo, se o indivíduo advém de uma classe social superior, economicamente falando, ele terá mais possibilidades de se promover neste mundo capitalista. Por outro lado, se ele vier de uma classe subalterna, ainda economicamente falando, ele não terá facilidades de promoção nesta sociabilidade. Desta forma, a condição econômica se apresenta como preponderante para a forma de sobrevivência na sociabilidade capitalista.

As consequências acarretadas pela desigualdade econômica na modernidade são configuradas na reprodução de desigualdades sociais. Enquanto uma determinada classe vive submersa em grades possibilidades de educação profissional, acesso à informação, ingresso em ramos profissionais intelectuais, outra classe - a que contribui para essa condição de vida privilegiada de alguns - vive à margem dos privilégios dessa primeira, podendo ainda, em um grau de pobreza mais generalizado, viver totalmente desprovida de qualquer meio de manutenção das necessidades básicas ao ser humano.

Diante do exposto, pode-se concluir que, na sociabilidade capitalista, o trabalho é fundamental para a sobrevivência da classe trabalhadora. No entanto, também é verdadeiro que, quanto mais desenvolvido o sistema capitalista, maior se configura a exploração do trabalhador, assim como também maior e mais intensa se apresenta a questão social e suas múltiplas expressões. A este respeito, lamamoto (2015) afirma que a obtenção dos meios de vida depende de um conjunto de mediações que são sociais, passando pelo intercâmbio de mercadorias, cujo controle é inteiramente alheio aos indivíduos produtores.

De posse dos esclarecimentos a despeito do sistema capitalista e suas consequências acentuadamente expressas nas relações de produção e reprodução social que dão corpo à questão social, se torna escancarada e nítida e relação direta existente entre a disseminação da pobreza e o desenvolvimento do capitalismo, Silva (2009) exemplifica essa relação:

Quanto maior é a acumulação (riqueza social), maior é também o contingente absoluto do proletariado e a capacidade produtiva de seu trabalho, tanto maior é o exército industrial de reserva. Quanto maior é o exército industrial de reserva em relação ao exército industrial em atividade, maior é a superpopulação relativa. Está é mais miserável quanto menos é absorvida

pelo mercado de trabalho. Quanto maior a superpopulação relativa e o exército industrial de reserva, maior é o pauperismo (SILVA, 2009, p. 67).

Logo, o fenômeno da desigualdade social, existente nos grandes centros urbanos, que se configura enquanto substrato do pauperismo também é reflexo do atual sistema econômico. “Uma vez que estes se configuram a partir de uma parte da população que não interessa ao capital nem como força de trabalho, nem como consumidor” (FILHO; OLIVEIRA, 2014).

Não estamos afirmando aqui que o trabalho é causa diretamente determinante da existência da população de baixa renda, pois esta seria uma afirmação distorcida, fatalista, e focalizada do que configura apenas uma das motivações para tal fenômeno. Sabemos, pois que, conforme descrita por Escorel (1999) a população de baixa renda é o resultado de um processo de exclusão social e que, no limite, o ser humano é reduzido à condição de animal irracional, restringindo-se à luta pela sobrevivência diária e destituído do pleno exercício das potencialidades humanas. Contudo, é inegável a relação entre população pobre e trabalho. Silva (2009), inclusive, relaciona não só a população em situação de extrema pobreza com a sociedade capitalista, como atribui a esta a origem desse fenômeno:

Destarte, pode-se inferir que esse fenômeno, possui múltiplas determinações imediatas vinculadas à trajetória de vida de cada pessoa atingida por ele, tem origem na base estrutural da sociedade capitalista, no contexto de processos violentos e sanguinários de expropriação dos produtores rurais e camponeses que ficaram privados de suas terras e foram compelidos a vender sua força de trabalho no mercado de trabalho em formação, no início da industrialização europeia, sem que todos tivessem sido absorvidos pela produção capitalista. Os que foram absorvidos transformaram-se em assalariados sem direitos e os que não foram transformaram-se em mendigos, vagabundos e ladrões (Marx, 1988b). Muitos destes transformaram-se em pessoas em situação de extrema pobreza. A reprodução do fenômeno ocorre no processo de criação de uma superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva, cujo movimento de expansão e retração é condicionado pelas necessidades de expansão do capital (SILVA, 2009, p. 101).

De acordo com os autores abordados até aqui e com a explanação de Silva com base em Marx, podemos compreender a relação existente entre população em situação pobre e a sociabilidade capitalista, uma vez que, como relatado acima, esta implica a existência e a disseminação da pobreza em um grau generalizado, do qual muitos não conseguem desenvolver estratégias de sobrevivência nos padrões capitalistas, restando apenas viver nas ruas dos centros urbanos.

## 2.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E EMPOBRECIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA

Compreendendo a relação existente e já afirmada no tópico acima, entre o trabalho e população em situação de extrema pobreza, objetivamos aqui a apresentar um referencial teórico que ratifique tal relação. Para tanto, faremos alusão à categoria trabalho e seus reflexos na vida social. Por conseguinte, traremos algumas especificidades do cenário brasileiro que culminarão nas modificações das formas e relações de trabalho a tal ponto que este passou a ser uma das motivações para a expansão do fenômeno da população em extrema pobreza.

Partindo da fundamentação teórica propiciada pelo Marxismo, compreendemos que o trabalho se constitui numa categoria central ao ser humano. Conforme Lessa (2015) ele é inerente à condição humana e configura um elemento indispensável nas relações sociais estabelecidas pelo homem. Através do trabalho é possível transformar a natureza de forma a suprir necessidades humanas, portanto, “o processo de trabalho (...) é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas” (MARX, 1996, p. 303).

Todas as formas de organização social existentes até a atualidade foram fundamentadas a partir do trabalho. As relações sociais estabelecidas entre os homens são influenciadas por esta categoria. Segundo Lessa (2015), o trabalho é a protoforma (a forma originária, primária) do agir humano. Silva (2009) compartilha do pensamento do autor, segundo ela, para produzir os seres humanos estabelecem relações recíprocas, no interior e por meio das quais realizam a produção, como ação transformadora da natureza, sendo estas relações constituídas de acordo com o nível de desenvolvimento dos meios de produção, ocorrendo, portanto, em condições históricas e determinadas.

Logo, sendo o trabalho a protoforma do agir humano e realizado de acordo com o desenvolvimento dos meios de produção, ocorrendo nas condições supracitadas e sendo ainda base das relações sociais, podemos inferir que, conforme as formas e os meios de trabalho vão sendo desenvolvidos e modificados, também as relações sociais serão desenvolvidas e modificadas de acordo com cada estágio em que se apresenta o trabalho na sociabilidade capitalista.

Para debater sobre as mudanças mais profundas ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas, partiremos do recorte temporal que se inicia a partir da década de 70 do século passado. Sobre este período, Behring e Boschetti (2011) vão caracterizá-lo como uma crise clássica de superprodução enquanto substrato do modo de estruturação do sistema capitalista. Segundo as autoras o agravamento do desemprego, a queda do volume do comércio mundial e a organização sindical da classe trabalhadora (herdados do recente período do pleno emprego) foram elementos que configuraram as bases de surgimento para essa crise.

Durante esse estágio da história houve uma grande inflação e uma acentuada estagnação econômica “houve [...] uma desvalorização maciça de capitais – com falências e aquisições, estas últimas implicando uma maior concentração do capital – em função do estreitamento do crédito e do estrangulamento da inflação” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 117).

Enquanto justificativa para a crise dos anos 70, Behring e Boschetti (2011), apontam o encontro de: crises clássicas de superprodução crise do sistema imperialista; crise social e política nos países imperialistas e crise de credibilidade do capitalismo. As autoras afirmam que a colisão dessas crises cíclicas foi responsável por esta crise estrutural do capital que marcou profundamente as relações econômicas e sociais. As propostas de superação desse período de recessão do capital vão ser apontadas por Alves (1999) como sendo a mundialização do capital e a reestruturação produtiva, esta última como consequência da primeira.

Assim como Alves (2009), Behring e Boschetti (2011) elencam a mundialização do capital e a reestruturação produtiva como a válvula de escape da crise da década de 70. Somados a estes elementos, as autoras apresentam ainda um terceiro, os ajustes neoliberais:

Combinam-se aos dois processos anteriores os ajustes neoliberais, especialmente com um novo perfil das políticas econômicas e industriais desenvolvidas pelos Estados nacionais, bem como um novo padrão da relação Estado/sociedade civil, com fortes implicações para o desenvolvimento das políticas públicas e sociais (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p. 124).

Os estados liberais defendem a ideia de que o Estado não deve interferir na regulação do comércio exterior e nem na regulação dos mercados financeiros, pois deste modo o livre movimento de capitais garantirá uma maior eficiência na redistribuição dos recursos internacionais (BEHRING E BOSCHETTI, 2011). É

importante destacar nesta discussão o papel mediador do Estado exercido sobre as classes antagônicas, todavia, agindo em favor do desenvolvimento e expansão do capital, por meio do estabelecimento de políticas amplas e universais. Aqui, as políticas sociais assumem um caráter focalizado como relata Alves (1999):

[...] corre, a partir daí, mudanças qualitativas nas relações de força política entre o capital e o trabalho, assim como entre o capital e o Estado, em sua forma de "Estado de Bem-Estar". Dá-se uma nova - e precisa - orientação ao processo de internacionalização capitalista, com o capital voltando a ter liberdade para se desenvolver e, principalmente, para se movimentar em âmbito internacional de um país ou continente para outro – liberdade que não desfrutava desde 1914: "...o capital não teria podido alcançar seus objetivos sem o sucesso da revolução conservadora "do final da década de 1970" (CHESNAIS, 1997, p. 24 apud ALVES, 1999).

Considerando o exposto, tomamos conhecimento que a partir do final do século XX ocorrem profundas mudanças na estrutura do trabalho em virtude das transformações ocorridas no cerne da produção na sociedade capitalista. Por volta de 1980, nos moldes dos Estados neoliberais, se inicia uma nova etapa no desenvolvimento do capitalismo mundial:

O novo período de desenvolvimento do capitalismo mundial, que surge a partir da década de 1980 pode ser caracterizado como sendo a da "mundialização do capital" (uma denominação mais precisa para o fenômeno da "globalização"). Na verdade, estamos diante de um novo regime de acumulação capitalista, um novo patamar do processo de internacionalização do capital, com características próprias e particulares se comparada com etapas anteriores do desenvolvimento capitalismo (ALVES, 1999, p. 51).

Para Chesnais (1996), mundialização do capital por efeito da hegemonia das finanças, dá novas dimensões ao trabalho e a sociabilidade na sociedade contemporânea. É um período histórico da economia marcado pela crise do modelo de expansão do capital e pelo processo de reestruturação produtiva como tentativa de resposta. Suas primeiras manifestações estão situadas nos primeiros anos na década de 1970, se estendendo até os tempos atuais.

A instauração da mundialização do capital traz novas propostas às configurações do trabalho. "Como fruto da globalização, o novo regime de acumulação capitalista possibilita a mundialização das operações do capital em sua forma industrial ou financeira" (ALVES, 1999). Tal fenômeno econômico vai impulsionar o desenvolvimento tecnológico e com isso o incremento e modernização dos meios de produção, e conseqüentemente, mutações na forma de produzir – efetivação do trabalho –, que por sua vez vão alterar profundamente a estrutura do trabalho na sociabilidade capitalista.

Duas grandes características dessa nova fase na economia são os altos rendimentos, sem mensurar a exploração do trabalhador para tal condição, e a formação de uma superpopulação relativa ao capital. Como afirma Alves (1999), “a característica predominante do novo regime mundial de acumulação capitalista é ser rentista e parasitário”, isto é, está de modo crescente, subordinado às necessidades próprias das novas formas de centralização do capital-dinheiro. Enquanto consequências dessas características será instaurado na sociedade um alto nível do desemprego, precarização das condições trabalho e reprodução social e uma intensificação das desigualdades sociais:

O capital internacionalizado produz a concentração da riqueza, em um polo social (que é, também, espacial) e, noutro, a polarização da pobreza e da miséria, potencializando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista, em que se sustenta a questão social (IAMAMOTO, 2015, p. 111).

Toda essa conjuntura de mundialização do capital e suas modificações na sociabilidade capitalista e conseqüentemente no mundo do trabalho, serviram como base para a emergência da reestruturação produtiva. A partir da década de 1970, com o advento da crise do capital, o trabalho passou por novas configurações que transformaram as relações sociais de produção e reprodução da classe trabalhadora. Essas mudanças, por sua vez, refletiram em toda a sociabilidade capitalista provocando profundas deformações em todas as esferas da vida social:

A reestruturação produtiva, aqui entendida nos termos definidos por Mota, como “uma iniciativa inerente ao estabelecimento de um novo equilíbrio instável que tem como exigência básica a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, tanto na esfera da produção como das relações sociais” (MOTA, 1995: 65), é elemento central nas determinações das mudanças recentes no mundo do trabalho. Ele implicou um novo modo de organizar a produção com base em novos métodos e processos de trabalho, fundada na automação de base microeletrônica; novos padrões de gestão e envolvimento da mão de obra; relações e condições de trabalho, baseadas da desregulamentação dos direitos trabalhistas. Tudo isso, associado à financeirização do capital e aos novos modos de ofertas dos serviços financeiros e as novas formas de comercialização, baseadas em tecnologias avançadas, teve repercussões gigantes para a classe trabalhadora. Repercutiu na obsolescência de atividades e qualificações; na exigência de um perfil de trabalhador polivalente, capaz de operar várias máquinas e utilizar de modo mais intenso a sua capacidade intelectual; na redução da criação e oferta de novos postos de trabalho; na crescente cooptação do movimento sindical, pelas formas denominadas de sindicalismo de participação; na redução dos laços de solidariedade no âmbito do trabalho; numa maior heterogeneidade da classe trabalhadora, entre outras repercussões. Entre as consequências, o aumento do desemprego e do trabalho precarizado destacam-se como fatores relevantes no aprofundamento das desigualdades sociais e elevação dos níveis da pobreza (SILVA, 2009, p. 70-71).

Todas essas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, via reestruturação produtiva, se configuraram como as bases da implementação do novo sistema de acumulação posto pelo capitalismo. A partir da inovação tecnológica as máquinas passaram a determinar o tempo de realização do trabalho humano. Além do aligeiramento do processo de produção, todo o incremento do maquinário fabril também modificou as formas do homem produzir, ele passou a operar máquinas que antes faziam o trabalho desenvolvido por ele. Além do que, de posse de toda essa tecnologia, o número de trabalhadores foi significativamente reduzido, a máquina era rápida e aumentava, portanto, a produtividade custando mais barato que o trabalho humano.

Um fator importante destacado pela Silva (2009) foi a cooptação do movimento sindical, com um sindicato fragilizado, os empregadores tinham uma maior flexibilização nas condições de trabalho a serem ofertadas, e como menos trabalhadores, a articulação e força de negociação, antes pertencente as categorias trabalhistas agora estariam enfraquecidas, propiciando aos donos das empresas um maior poder de imposição de condições preconizadas de trabalho.

Com relação às funções e papéis desempenhados pelo Estado no movimento da reestruturação produtiva, vale ressaltar que estes se configuraram como ferramenta de apoio e efetivação desse novo modelo de produção. Como de costume, o Estado se colocou ao lado da expansão do capital e seus ideais, assumindo uma série de compromissos cujos objetivos centrais eram a manutenção do novo modelo de acumulação:

O Estado constitui entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetria nas trocas mais vantajosas para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito (HARVEY, 2004b, p. 111 apud SILVA, 2009, p. 80).

Assim, a reestruturação produtiva, responsável por profundas transformações no mundo do trabalho que ocorreram em cadeia e afetaram direta e/ou indiretamente as várias esferas da vida social, não pode ser desvinculada do Estado, visto que este também modificou suas funções para garantir a manutenção da ordem burguesa. Dito isto, podemos afirmar que reestruturação produtiva e reformulação do Estado são processos que ocorreram de forma combinada e intrinsecamente conectados.

Faz-se necessário destacar, que mesmo ocorrido em escala mundial, a reestruturação produtiva não se deu de forma homogênea e simultânea em todos os

países. Cada país, de acordo com suas características e estrutura organizacional e político-administrativa desenvolveu seu próprio ritmo de instauração em períodos e vertentes distintos. O Brasil passou pela reestruturação econômica a seu modo:

A partir da última década do século passado, particularmente de sua segunda metade, avançou em seu processo de ajuste às políticas neoliberais, tendo a financeirização do capital, a reestruturação produtiva e a reorientação do papel do Estado como metas. Esses processos combinados ocorreram sob condições subordinadas e implicaram mudanças no mundo do trabalho que contribuíram para o aprofundamento das desigualdades sociais, devido ao aumento da concentração de renda, ao aprofundamento do desemprego e à precarização do trabalho e à queda média real dos trabalhadores. (SILVA, 2009, p. 81).

No Brasil, no início da década de 1980, começam a surgir os primeiros sinais da reestruturação produtiva. Contudo, é somente após uma década que esta começa a se efetivar no cenário da produção. “Nos anos 1990, a reestruturação produtiva ganha dimensão no país, em meio à crise no mercado interno e à abertura comercial ao mercado externo sob os designios neoliberais” (SILVA, 2009, p. 86). Orientadas pelo princípio da acumulação flexível, as empresas iniciam a busca por novas formas de produção e organização do trabalho. Essa nova forma de produção se efetiva no enxugamento dos quadros de funcionários e no incremento de tecnologias inovadoras ao maquinário fabril das linhas de produção:

Na virada para a década de 1990, as reformas neoliberais [...] e o cenário macroeconômico (recessão ou baixo crescimento da economia num contexto de intensa reestruturação industrial, juros elevados e abertura comercial com a intensificação da concorrência intercapitalista), contribuíram para a constituição de um cenário de degradação do mercado de trabalho com alto índice de desemprego total nas regiões metropolitanas e deterioração dos contratos salariais devido à expansão da informalização e da terceirização nas grandes empresas, visando reduzir custos (ALVES, 2009).

Diante desse cenário, pode-se perceber uma grande precarização das condições e relações de trabalho e uma significativa expansão do exército industrial de reserva. Foi perceptível, ainda, uma descentralização produtiva em virtude do deslocamento de muitas empresas. Estas migravam para outras regiões do país, onde pudessem dispor de menores custos com produção e mão de obra, podendo ainda receber incentivos fiscais.

O Brasil teve o Estado como propulsor da reestruturação produtiva. Aqui, o Estado encarregou-se de desenvolver medidas que propiciassem a conformação com o modelo econômico vigente. Portanto, a síntese da reestruturação produtiva, das ações do Estado favorecendo o desenvolvimento do capital, do desenvolvimento das

tecnologias e do incremento do maquinário fabril configuraram alguns elementos que provocaram uma profunda desestruturação do mercado, das relações e das condições de trabalho refletindo no aumento significativo da superpopulação relativa.

Os altos índices de desemprego, a acentuação da miséria e intensificação das desigualdades sociais são substratos dessa nova forma de produção e acumulação. Esses substratos vão incidir sobre as expressões da questão social de forma a intensificar a pobreza. A massa de trabalhadores passa a diminuir drasticamente e, conseqüentemente, ocorre um aumento da população supérflua. Esta por sua vez, muitas vezes sem condições para prover sua subsistência, formal na sociabilidade capitalista se torna tão miserável, em termos de produção de vida material ao ponto de somente encontrar nas ruas meios de se reproduzirem socialmente.

### 2.3 TRABALHO E A SOCIABILIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA

A virada do ano de 2020 chega carregada por um surto de uma nova doença – a Covid-19 - que tem como causa o Coronavírus 2, da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV-2) que afetou drasticamente a classe trabalhadora.

O desemprego foi um dos fenômenos sociais que cresceu nas estatísticas nacionais e sua existência está profundamente relacionada a disseminação da pobreza na sociedade em tempos de pandemia do covid-19. Sem emprego e sem as condições materiais advindas dela, muitos ficam a margem da sociedade capitalista sem meios para a efetivação da reprodução das desigualdades. Estas, permanecendo nessa condição, muitas vezes acabam se ajuntando a população que habita nos centros urbanos na tentativa de obtenção de um mínimo para sua sobrevivência. Neste tópico, iremos tratar sobre as novas configurações no mundo do trabalho e os percursos que delinearam tais configurações, e ainda, sobre os reflexos desse panorama na estrutura da sociedade em tempos de pandemia do covid-19.

Diante disso, com a virada do ano de 2020 chega carregada por um surto de uma nova doença - a Covid-19 - que tem como causa o Coronavírus 2, da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV-2). Para Davis (2020) o fato de ser a SARS-2 é porque já aconteceu a SARS-1, ou seja, “Síndrome Respiratória Aguda Grave – 1 e, que a SARS 2 é descendente da SARS-1 que se espalhou por todo o mundo na Primavera de 2003, tendo recebido o nome de a primeira doença desconhecida do século XXI.

Em novembro de 2002, um surto de doença respiratória irrompeu em Guangdong, província chinesa situada no sudoeste do país. A princípio interpretada como um surto de pneumonia atípica - foi isolada a *Chlamydia pneumoniae* de quatro pacientes - as autoridades chinesas não parecem ter atribuído maior importância ao surto até três meses depois, em fevereiro de 2003, quando casos foram identificados em Hong Kong, região vizinha, e em Hanói, no Vietnã, não muito distante de Guangdong.

Nesses dois locais, e logo depois em Cingapura e em Toronto, Canadá, ficou evidente a elevada transmissibilidade da síndrome no ambiente hospitalar, onde houve a ocorrência de casos secundários e óbitos entre pessoal hospitalar, o que levou a interdição de hospitais em Cingapura, Toronto e Hong Kong. O mundo rapidamente percebeu que estava diante de uma doença respiratória de etiologia ainda não esclarecida. A preocupação causada por essa síndrome foi tão grande que a Organização Mundial da Saúde emitiu um alerta de, âmbito mundial e, pela primeira vez em sua história, recomendou que se evitasse viajar para as áreas afetadas, Guangdong e Hong Kong. (SILVA, 2003, p. 273).

Por essa razão, o autor acima faz uma crítica dirigida às autoridades em termos de previsão e do descaso do financiamento na ciência, depois da SARS- 1, que poderia ter disponibilizado ao mundo científico instrumentos de ação contra a SARS-2. A SARS-2 trata-se de uma doença respiratória aguda que pode causar danos alveolares mais insuficiência respiratória e apresenta taxa de mortalidade em torno de 2% (LIMA et. al. 2020).

Uma pandemia como a que enfrentamos agora, sem remédios eficazes ou vacinas, parece ter um poder de mobilização maior que uma guerra ou o aquecimento global, pois é imediata, a princípio democrática (todos podem morrer, mesmo que certas pessoas tenham mais chances de morrer do que outras) e, sobretudo, no essencial não temos controle sobre ela: o vírus é esse ínfimo pedaço da natureza que sai “violentamente” de controle, uma fratura exposta na nossa dominação sobre ela (BRANDÃO, 2020, p. 02).

A SARS 2 não tem alto índice de letalidade, mas segundo Silva (2003), o que mais impressiona é a sua velocidade de contaminação face a globalização das relações sociais e econômicas que cruzam o mundo em frações cada vez menor do tempo. Cita que em 1894, a cidade de Hong Kong, sofria com a peste bubônica, mas só chegou ao Brasil cinco anos após.

Ressalta, ainda, a grande densidade populacional e a velocidade dos transportes. Por outro lado, percebe que a internet proporcionou o acompanhamento

e monitoramento da disseminação da pandemia, ocorrida em 2003; seguir as recomendações internacionais e compartilhar informações e preparar os serviços de saúde para lidar com os enfermos.

De acordo com o Painel Coronavírus o Brasil possui 1.755.779 casos confirmados da doença; 1.054.043 pessoas recuperadas da Covid-19, mas infelizmente 69.184 pessoas não resistiram aos efeitos da contaminação viral e faleceram. No Maranhão, que ocupa a lamentável 2ª posição em número de casos, ficando atrás do estado de São Paulo, já somam 131.000 casos positivados com um total de 6.741 óbitos.

A Covid-19 não afeta somente a estrutura biológica do corpo; coloca em relevo as desigualdades sociais e agrava a crise dos serviços públicos sucateados que se deparam, principalmente na política de saúde, com a alta demanda por atendimento de emergência e urgência e, em alguns casos, necessidade de internação em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), juntamente com a redução de investimentos, a terceirização e precarização dos contratos de trabalho das equipes, a falta de insumos, o número insuficiente de respiradores mecânicos e medicamentos desafiam o Sistema Único de Saúde (SUS) e escancaram as mudanças estruturais necessárias, no tocante a investimentos em pesquisa, tecnologia, qualificação e oferta de serviços de saúde.

Um país caracterizado por uma história regida por um privatismo selvagem e predatório, que faz da vontade privada e da defesa de privilégios a medida de todas as coisas, que recusa a alteridade e obstrui, por isso mesmo, a dimensão ética da vida social, pela recusa dos fundamentos da responsabilidade pública e da obrigação social (TELLES,1993, p. 2-4).

Silva (2003, p. 274) defende que a política pública de saúde deve ser também globalizada para atender as novas demandas que atinge a todos e todas já que as doenças estão avançando de maneira rápida e globalizada. Está mais do que em tempo de adequarmos a saúde pública à era pós-moderna. Trata-se de uma necessidade premente. As doenças mudaram, cabe adaptar a saúde pública e globalizar também a saúde.

Outro ponto fulcral é a necessidade de paralisação da mão de obra dos trabalhadores que, para resguardar a própria vida precisam ficar em isolamento social e comunitário.

A fragilidade do humano. A rigidez aparente das soluções sociais cria nas classes que tiram mais proveito delas um estranho sentimento de segurança. É certo

que sobra sempre alguma insegurança, mas há meios e recursos para minimizar, sejam eles os cuidados médicos, as apólices de seguro, os serviços de empresas de segurança, a terapia psicológica, as academias de ginástica. Este sentimento de segurança combina-se com o de arrogância e até de condenação para com todos aqueles que se sentem vitimizados pelas mesmas soluções sociais.

O surto viral pulveriza este senso comum e evapora a segurança de um dia para o outro. Sabemos que a pandemia não é cega e tem alvos privilegiados, mesmo assim cria-se com ela uma consciência de comunhão planetária, de algum modo democrática. A etimologia do termo pandemia diz isso mesmo: todo o povo. A tragédia é que neste caso a melhor maneira de sermos solidários uns com os outros é isolarmos uns dos outros e nem sequer nos tocarmos. É uma estranha comunhão de destinos. Não serão possíveis outras? (SOUSA, 2020, p.7).

A ordem agora é ficar em casa e com os seus, porém há grupos que não podem ficar em distanciamento social, e outros que não podem retornar ao seu labor, em razão do altíssimo grau de insalubridade da atividade, a exemplo dos coletores de material reciclável pelas ruas da cidade e ficam à mercê da solidariedade ou da ação governamental. Falta água, sabão, álcool gel e comida para boa parte da população que já enfrentava um isolamento, no tocante ao acesso aos serviços públicos e às condições adequadas de infraestrutura básica.

O distanciamento social é o controle do corpo que pode ser usado como arma para matar outro e se autodestruir. A Covid-19 pode ser letal pela ausência de remédios eficazes para o controle dos sintomas e pela velocidade de sua propagação, combinação que torna seu controle mais difícil. Assim o distanciamento social é entendido como a medida de profilaxia mais eficaz e eficiente no momento, de acordo com Brandão (2020).

Há três grupos que disputam o direito à vida em meio à pandemia: os que podem trabalhar em casa, os que são obrigados a sair de casa para trabalhar e os que não possuem casa. Uma parte da população empregada é direcionada para realizar trabalho em domicílio home office; outros que não podem ficar em casa precisam arriscar contrair o vírus no exercício do trabalho, no trajeto dos transportes coletivos superlotados ou o risco de enfrentarem a perda do emprego por causa da retração econômica e o último grupo são os que ficam expostos totalmente à sorte.

O mercado agoniza diante da ausência dos detentores da força de trabalho e as empresas sucumbem. Regulador da economia, o Estado não consegue regular as

relações sociais. Os meios de produção nada podem fazer sem os operários, nada produzem por si só, até mesmo a liberdade de ir e vir fica restrita ao confinamento individual ou familiar. A Covid-19 é uma pausa no extrativismo violento e desregulado, na sua busca pela mais-valia, na exploração dos recursos naturais, no consumismo desenfreado e no modo de vida de produzir, pensar e viver.

De repente, andar pela cidade se tornou um cenário comparável a cenas de filmes apocalípticos ou a campos de concentração relatados na obra *O Quinze*, de Raquel de Queiroz. Há muito tempo eu tinha recusado a ideia de “natureza” como alheia e separada da cultura, economia e cotidiano. Eu tenho uma visão mais dialética e relacional da ligação metabólica com a natureza. O capital modifica as condições ambientais de sua própria reprodução, mas o faz num contexto de consequências não intencionais (como as mudanças climáticas) e contra as forças evolutivas autônomas e independentes que estão perpetuamente remodelando as condições ambientais. Deste ponto de vista, não existe um verdadeiro desastre natural. Os vírus mudam o tempo todo. Mas as circunstâncias nas quais uma mutação se torna uma ameaça à vida dependem das ações humanas (DAVIS, et. al. 2020, p. 15).

Para Sousa (2020) a pandemia do novo coronavírus expressa as consequências da globalização e seus sistemas entrelaçados de mobilidade, da exaustão da exploração dos recursos naturais e sua catástrofe ecológica que viola o lugar da humanidade no planeta e se reflete na morte desnecessária de muitas pessoas.

Para o autor citado, as pandemias, tal como a crise ecológica, são a punição que sofremos por tal violação. Trata-se de autodefesa do planeta para continuar existindo vida na terra o Estado considerado por anos como prejudicial ao desenvolvimento do mercado, diminuído em sua importância para dar lugar à livre concorrência, taxado como corrupto, pesado e burocrata interveio contrariando as medidas austeras dos neoliberais.

[...] Impôs-se a versão mais anti-social do capitalismo: o neoliberalismo crescentemente dominado pelo capital financeiro global. Esta versão do capitalismo sujeitou todas as áreas sociais – sobretudo saúde, educação e segurança social– ao modelo de negócio do capital, ou seja, a áreas de investimento privado que devem ser geridas de modo a gerar o máximo lucro para os investidores. Este modelo põe de lado qualquer lógica de serviço público, e com isso ignora os princípios de cidadania e os direitos humanos. Deixa para o Estado apenas as áreas residuais ou para clientelas pouco solventes (muitas vezes, a maioria da população) as áreas que não geram lucro. Por opção ideológica, seguiu-se a demonização dos serviços públicos (o Estado predador, ineficiente ou corrupto); a degradação das políticas

sociais ditada pelas políticas de austeridade sob o pretexto da crise financeira do Estado; a privatização dos serviços públicos e o subfinanciamento dos que restaram por não interessarem ao capital. E chegámos aos nossos dias com os Estados sem capacidade efetiva para responderem eficazmente à crise humanitária que se abateu sob os seus cidadãos. A fratura entre a economia da saúde e a saúde pública não podia ser maior. (SOUSA, 2020, p. 25).

Segundo Santos (2020) podemos ter uma economia de mercado, mas não uma sociedade de mercado. Na crise da Covid-19 o Estado, mesmo com exceções, ressurgiu para salvaguardar as vidas dos trabalhadores e a garantia, inclusive, da produção da riqueza construída socialmente, mas apropriada de forma desigual.

O Estado é o protagonista principal e responsável pela proteção social nos períodos de crise, quando não há interesse e nem lucratividade para o mercado, capaz de atender as necessidades sociais da parcela mais vulnerável da sociedade. O coronavírus está colocando no teste esse Estado, que a gente questionava e precisa melhorar, mas que funciona. A classe média está tendo uma aula, estão vendo o que tinha no Estado que eles ainda não tinham destruído. A principal lição que temos é que não podemos deixar que volte esse papo de que o Estado tem que acabar. (FIDELIS, 2020).

Diante do contexto da crise econômica, social e sanitária da Covid-19, dos desempregos, mortalidade, fechamento de empresas, necessidade de distanciamento social para não fazer o vírus circular e correr o risco do Sistema Único de Saúde (SUS) colapsar, da falta de unidades de tratamento intensivo (UTI), equipamentos de proteção individual (EPI) e a autopreservação, o governo federal teve, por dever, que fazer uma intervenção no enfrentamento da crise e na garantia de manutenção da renda das famílias mais vulneráveis, em razão da retração econômica e risco de saques a comércios de gêneros alimentícios e outros.

A discussão acima apresentada é importante para refletirmos acerca dos determinantes sociais que influenciam em como as expressões da questão social são vistas. Compreensão essencial tanto para nós, enquanto estudantes do curso de Serviço Social, quanto para os profissionais da área que atuam junto à população em situação de extrema pobreza precisam do acesso ao direito, para uma atuação qualificada e que vá ao encontro dos princípios contidos em nosso Código de Ética e no nosso Projeto Ético-Político Profissional, que defende uma nova ordem societária pautada na liberdade, que inclui assim ser livre de preconceito e discriminação.

No entanto, aqui não aprofundamos em todos os conceitos, posto que para esta pesquisa os ditos anteriormente servem de alicerce, buscou-se assim, outras áreas de conhecimento, não se limitando apenas aos autores do Serviço Social.

### **3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Neste tópico apresentaremos o processo de trabalho do assistente social junto à população do Centro de Referência de Assistência Social. Para tanto se faz necessária uma contextualização acerca do debate sobre o Serviço Social e o mundo do trabalho, tendo em vista os impactos sofridos pela categoria, considerando seu pertencimento à classe trabalhadora em meio às diversas metamorfoses no mundo do trabalho na sociedade contemporânea neoliberal. Esta explanação é de suma importância para visualizarmos a realidade do assistente social no cotidiano profissional a partir de sua inserção nesta Política Pública direcionada ao público-alvo.

#### **3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DA CATEGORIA TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL**

Em meados dos anos 1980, diante das grandes transformações no mundo do trabalho impulsionadas pela grande crise do capital nos anos 1970, que instaura o neoliberalismo, debates importantes como a “centralidade do trabalho” e a “crise da sociedade do trabalho”, incidiram sobre o Serviço Social e foram amplamente divulgados e debatidos a partir dos textos de Marilda Yamamoto e José Paulo Netto, delineando claramente uma aproximação com a análise reflexiva e crítica do marxismo. É desse processo que surgem as contribuições teóricas mais importantes que colaboram para o entendimento das contradições do modo de produção capitalista que desnaturaliza a ordem societária burguesa, ao compreender o homem como sujeito histórico que transforma sua realidade a partir do trabalho.

Sendo assim, cabe apontar a análise de Marx (1867) em seus estudos sobre a dimensão do trabalho enquanto atividade humana criadora da sociabilidade humana:

O trabalho é um processo entre o homem e a Natureza em que o homem, por sua própria ação, mede, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa

forma útil para sua própria vida. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente (MARX, 1867, p. 46).

Na interlocução entre as ciências sociais e o Serviço Social, os estudos sobre o trabalho, iniciados por Karl Marx e aprofundados por György Lukács, vão sendo apropriados pela categoria dos assistentes sociais na busca incessante de refletir sobre os processos de intervenção profissional. Neste contexto, há uma ampla discussão acerca da categoria trabalho no Serviço Social, apontados, dentre outros autores, por Marilda Villela Iamamoto (2007) e Sérgio Lessa (2012).

Segundo Lessa (2015), a categoria trabalho seria a base da sociabilidade humana, ou seja, o fundamento do ser social. Desta maneira é através da atividade do trabalho que ocorre a interação entre homem e natureza, em que todos os sujeitos atuam sobre esta para produzir os meios necessários a sua subsistência e os meios de produção, garantindo sua sobrevivência e, portanto, a reprodução social. Para entender este processo convém compreender as três esferas ontológicas. De acordo com Lessa (2015):

Para Lukács, portanto, existem três esferas ontológicas distintas: a inorgânica, cuja essência é o incessante tornar-se outro mineral; a esfera biológica, cuja essência é o repor o mesmo da reprodução da vida; e o ser social, que se particulariza pela incessante produção do novo, através da transformação do mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada, teleologicamente posta. Apesar de distintas, as três esferas ontológicas estão indissolivelmente articuladas: sem a esfera inorgânica não há vida, e sem a vida não há ser social. Isto ocorre porque há uma processualidade evolutiva que articula as três esferas entre si: do inorgânico surgiu a vida e, desta, o ser social. Essa processualidade evolutiva é responsável pelos traços de continuidade que articulam as três esferas entre si (LESSA, 2015, p. 16).

O trabalho fundante para Lessa (2015) se diferencia, portanto, do trabalho abstrato no capitalismo. Para o autor é importante compreendermos que a atividade que funda o ser social, enquanto ação originária, primária do agir humano é fundante, portanto, de todas as demais práxis sociais. No entanto, nenhuma das práxis fundadas pelo trabalho são redutíveis a este. Essa distinção, segundo o autor, é a base do pensamento marxista que põe no horizonte do mundo dos homens, a possibilidade da transformação da realidade; da criação, pelos homens, de uma outra sociabilidade, visto ser o homem sujeito da história. Dessa, forma, fica claro para o autor a concepção de Serviço Social como práxis social e não como trabalho.

Por razões metodológicas e da própria característica do trabalho não cabe aqui trazermos de forma profunda todo o debate acerca dessa discussão. No entanto,

também não poderíamos deixar de apresentá-la. Passamos ao pensamento e às contribuições de Iamamoto. É também alicerçado nessa apropriação e produção teórica de fundamentação marxista que o Serviço Social, a partir da referida autora, passa a ser definido como “uma especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais”. (IAMAMOTO, 2007, p. 83-84).

Considerando a sua influência no processo de produção e reprodução da vida social, entender a profissão a partir do conceito de trabalho, de acordo com Iamamoto, amplia a reflexão crítica, histórica e teórica sobre o Serviço Social. Portanto, estando o assistente social inserido dentro do modo de produção capitalista como trabalhador assalariado, este possui unicamente a sua força de trabalho para vender, em troca de um salário. O salário, enquanto parte integrante do sistema capitalista, materializa-se através da relação social de exploração a que os trabalhadores, de forma geral, são submetidos.

Sendo assim, para a autora, qualquer processo de trabalho requer uma matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação; requer meios ou instrumentos de trabalho que potenciam a ação do sujeito sobre o objeto e requer a própria atividade, o trabalho direcionado a um fim, planejado, que resulta em um produto. Além disso, acrescenta, sendo a questão social o objeto de trabalho do assistente social, os seus instrumentos de trabalho estão para além de um “arsenal de técnicas” (entrevistas, reuniões, visitas, encaminhamentos), por isso, o conhecimento, as bases teórico-metodológicas e a linguagem devem ser apropriados como meios/instrumentos de trabalho.

Desse modo, de acordo com Iamamoto (2007) o assistente social é um intelectual que contribui, junto com outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade em torno dos interesses da classe trabalhadora. Nesse exercício democrático, a autora sintetiza o papel do intelectual engajado: “devolver às massas o que delas recebeu confusamente” (CARDENAL, 1980, apud IAMAMOTO, 2007, p.

77), ou seja, compreender e esclarecer os processos complexos da sociedade capitalista, na defesa dos direitos sociais, como desafio e propósito do serviço social.

Portanto, com a formação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, os assistentes sociais produzem em seus espaços sócio-ocupacionais um processo de mediação sob um olhar crítico do real. Na contemporaneidade, os estudos se voltam para as discussões acerca dos desafios do exercício da profissão

no seu cotidiano diante da agudização das expressões da questão social, num contexto de mundialização e hegemonia do capital financeiro.

### 3.1.1 Operacionalização da Política de Assistência Social

A Política de Assistência Social não é contributiva, ou seja, é dispensável qualquer forma de contrapartida ao usuário, não há nenhuma forma de pagamento, não é necessário trabalhar de carteira assinada para acessá-la. Assim, essa é prestada a quem dela necessitar, sem previa contribuição. Essa questão é regulamentada na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que a organiza e estabelece como seus objetivos a proteção social, a vigilância social e a defesa de direitos.

Cabe referenciar que na seguridade social, essa Política foi a última a ser regulamentada em lei - resultado da resistência de profissionais e setores da sociedade que estiveram na luta pela efetivação da assistência como direito. O primeiro projeto da Política aprovado pelo Legislativo se deu em 1990, mas foi vetado pelo Presidente Fernando Collor, com a justificativa de não ser uma política de responsabilidade. Compreende-se que não era o foco desse governo instituir uma lei de assistência social descentralizada, pois existia a Legião Brasileira de Assistência (LBA)<sup>5</sup>, que em seu governo sofreu uma série de escândalos, desvios de verbas e despotismos sob a gestão de sua esposa, Roseane Collor. A LBA tinha uma relação direta com o assistencialismo, cujo gerenciamento era coordenado pela primeira-dama e teve como gestora inicial, em 1942, a primeira-dama da época, Darcy Vargas (SPOSATI, 2003).

Em 1992, as manifestações e o impeachment do presidente da república, Fernando Collor, adiaram, novamente, a regulamentação da LOAS. A normatização da referida lei contou com muitas lutas, atos públicos, decretos até sua conquista, em 1993, no governo de Itamar Franco como Presidente da República. Assim, a política é ratificada como “[...] ato de direito e não ato de vontade ou liberdade [...]” (SPOSATI, 2003, p.79).

Contudo, persistem tensionamentos quanto ao acesso a esse direito. Em razão disso, cada governante a direciona de acordo com suas “vontades”, suas prioridades, o que não deve ser, porque, como lei, a mesma é garantidora de direitos e reclamável enquanto tal. Esses tensionamentos revelam o nível de correlação de forças sociais entre os trabalhadores e a elite brasileira, que historicamente detém e usa o poder conforme seus interesses. Isso ocorre, pois “[...] a política é dialeticamente contraditória – isto é, não contém apenas aspectos positivo” (PEREIRA, 2008, p.90).

A contradição implica correlação de forças, cujo poder é direcionado da forma que for mais favorável aos interesses em disputa. Assim, as orientações no Brasil seguem uma perspectiva de manutenção de poder e adequação/conformação da classe trabalhadora aos interesses dominantes através do acesso a direitos sociais. Outro ganho significativo para a Assistência Social foi a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada e vigente desde 2004, sob elaboração do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Essa versão surge para materializar e operacionalizar os direitos já conquistados na LOAS, respondendo às requisições sociais do usuário brasileiro no século XXI

Antes de tudo, a operacionalização dos direitos socio assistenciais fica a cargo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) aprovado em 2005 que veio para consolidar a Política de Assistência Social e visa a proteção social, a vigilância social e a defesa de direitos (BRASIL, 2013). A concepção de política assumida pela Assistência Social no século XXI amplia seu público para além dos tradicionais demandantes: os incapacitados para o trabalho.

Deste modo, os usuários segundo a PNAS são “[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade [...]” (BRASIL, 2004, p.33).

A partir disso, sabemos que a implantação dos programas, serviços, projetos, benefícios se inserem em dois níveis protetivos: PSB e Proteção Social Especial (PSE). A PSE se divide em dois níveis, a de média e alta complexidade (BRASIL, 2004). A PSB é a porta da assistência social, que busca fortalecer os vínculos comunitários e familiares. É o local que oferta programas, serviços e projetos com a finalidade de prevenir situações de risco e vulnerabilidades sociais, cujo principal equipamento no âmbito estatal é o CRAS. A PSE atua na reconstrução de vínculos familiares e/ou comunitários fragilizados, na defesa de direitos, no enfrentamento de risco pessoal, social e patrimonial, ofertando serviços, programas e projetos para o fortalecimento de potencialidades.

O principal equipamento da PSE de média complexidade de instituições públicas são os Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e os Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop).<sup>7</sup> Os equipamentos de PSE de alta complexidade são unidades que buscam proteger o indivíduo integralmente, dado o rompimento de vínculos familiares e comunitários.

Dentre eles estão os Acolhimentos Institucionais, Casa de passagem, assim com as instituições privadas que viabilizem atendimento para a complexidade citada. Salienta-se, que ao lado de instituições de âmbito estatal, existem instituições e organizações de assistência social sem fins lucrativos, para atuar na defesa de garantias de direitos determinados pela LOAS, conforme seu artigo 3º e em concordância com a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB- SUAS) de 2012.

### 3.2 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

Pensar o Serviço Social na conjuntura contemporânea, em tempos de financeirização da economia, requer “olhos abertos” para refletirmos acerca das diversas metamorfoses do trabalho, na qual a categoria profissional do Serviço Social vem sofrendo ataques de forma ameaçadora, seja nos cortes das Políticas Públicas, regressão de direitos e na forma de contratação profissional.

Com o advento do neoliberalismo no Brasil nos anos 1990, dentro de um contexto de privatizações, afastamento do Estado no tocante à proteção social, flexibilização da economia e reestruturação no mundo do trabalho, houve um agravamento nas expressões da questão social, bem como a ampliação dos campos de atuação do assistente social, que passou a ser requisitado em diversas áreas e espaços sócio-ocupacionais (CFESS; CRESS, 2018). Vale lembrar, que nesse momento, remando contra a onda privatista do neoliberalismo, algumas vitórias foram alcançadas, como a consolidação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS –, em 2005, em virtude da eleição de um governo progressista, populista e do campo da esquerda, o Partido dos Trabalhadores - PT.

O sistema capitalista, sob a ótica da mundialização financeira, vem transformando o mundo do trabalho e impactando diretamente na prática profissional do assistente social, fragilizando as formas de organização e gestão do trabalho da categoria, a partir de trabalhadores precarizados, flexibilizados, pauperizados, desprotegidos de direitos e desprovidos de organização coletiva (ANTUNES, 2005 apud RAICHELIS, 2011). Boschetti (2011), sintetiza os impactos desse cenário de precarização do trabalho do assistente social:

Com a ampliação do ideário liberal, nos espaços públicos, a não realização de concursos públicos em conformidade com as demandas do trabalho tem levado à terceirização do trabalho, à precarização, à superexploração da força de trabalho, à inserção dos (as) profissionais em dois ou três campos de atuação com contratos precários, temporários, o que tem causado adoecimento físico e mental (BOSCHETTI, 2011, p. 562).

No contexto de uma sociedade ultraneoliberal surgem grandes desafios para a

profissão em atender as demandas vigentes sobre as expressões da questão social no âmbito das Políticas Sociais Públicas, tendo em vista as reformulações pelas quais o Estado vem passando para atender os interesses do capital e da burguesia nacional e internacional. O que a sociedade brasileira viveu no contexto dos anos 1990 é retomado e aprofundado atualmente no governo de Jair Bolsonaro, sob viés fortemente conservador, antidemocrático, machista, racista e homofóbico.

Se nos anos 1990 vivemos a privatização, o desemprego, a precarização do trabalho e políticas sociais focalizadas, o cenário atual é desolador. Destruição dos direitos trabalhistas e previdenciários; entrega das riquezas e do patrimônio nacional; criminalização e perseguição de mulheres, negros, LGBT's e militantes de esquerda, dentre outros fenômenos que se relacionam com a configuração de um Estado fascista.

Dessa forma, o trabalho do assistente social vem sofrendo profundos ataques no atual governo, decorrentes das novas configurações do mercado de trabalho e das modificações realizadas pelo Estado nas políticas públicas de modo geral, atacando veementemente a política de educação, cultura, saúde, Assistência Social e previdência, bem como as reformas da previdência e trabalhista.

Ressalta-se aqui a reconfiguração de programas sociais com a retomada de intervenções típicas do primeiro damismo, como o Programa Criança Feliz; a substituição de concursos públicos por seleções temporárias; a perseguição ao servidor público, com as aposentadorias compulsórias, por exemplo; remuneração com baixíssimos salários; a não aprovação do piso salarial; a inobservância da lei das trinta horas de trabalho por parte de muitos empregadores. É diante dessa conjuntura que realizamos nossa pesquisa.

#### **4 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS ESTIVA EM SÃO LÚIS/MA: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA**

Como já foi tratado na seção anterior, o trabalho que se efetiva no Sistema Único da Assistência Social (SUAS) deve ser analisado nas particularidades de sua materialização no CRAS Estiva, a considerar, a correlação entre a totalidade social e a instituição empregadora e (a) trabalhador (a). A política de Assistência Social exige, para a sua efetivação, o trabalho humano somado a condições de trabalho adequadas. Entretanto, tendo em vista os rumos tecidos pelo capitalismo contemporâneo no Brasil, este fato não se materializa (RAICHELIS, 2011).

A AS1 é formada há nove anos pela Universidade CEUMA, 30 anos, natural de

Miranda do Norte. Possui duas pós-graduação (especialização) em Gestão e Planejamento de Política Pública e a outra Gestão Municipal. O CRAS Estiva é uma unidade pública estatal que executa serviços de proteção social básica no seu território de abrangência. Está vinculado à Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social – SEMCAS. Foi instituído em 2004, tendo como sede de funcionamento no bairro estiva. Em 2009 houve a mudança de sua sede para o bairro estiva.

Compreendendo que o entendimento do trabalho se faz essencial para a análise de objeto de estudo, destacarei a seguir o relato da interlocutora sobre esta categoria. Para uma interlocutora nossa, o sentido do trabalho pode ser explicado através de qualquer função exercida pelo homem, não se resumindo somente a uma atividade remunerada, ou seja, não se restringe à dimensão do valor de troca, pregado dentro da sociedade capitalista:

Trabalho é toda a função que a pessoa faz que gera lucro, ressarcimento, pagamento. É um tipo de reconhecimento de forma monetária, mas também não só. Você também pode fazer trabalhos voluntários. Então acredito que as atividades externas caracterizam o trabalho. Acredito também que o trabalho entra se você for estudante e se dedicar a isso também. Então, acredito que toda a atividade que a pessoa exerça pode ser considerado trabalho, mesmo sendo remunerado ou não (AS 1, 2022).

Percebeu-se que, portanto, as similitudes entre a fala da interlocutora. Pois, embora o relato da entrevistada se destine à sentidos específicos que permeiam o trabalho, ela compreende que esta categoria pode atender e satisfazer as necessidades, sejam elas individuais e/ou coletivas, ao mesmo tempo em que proporcionam respostas eficazes que contribuem para às suas vidas, e a vida em sociedade.

A atuação profissional, se objetiva com base na integralidade entre as políticas sociais. Este aspecto é imprescindível dentro deste debate, pois, a dimensão do trabalho em rede também se faz essencial na política de Assistência Social, uma vez que ela é considerada como uma política intersetorial, e que atua em conjunto com as demais políticas públicas (PERERIRA, 2013).

Entretanto, a interlocutora afirma que a noção do trabalho em rede não se objetiva na realidade, pois, as mutações que ocorrem no mundo do trabalho, e que redirecionam as ações estatais, rebatem, diretamente, no campo das políticas sociais, e, conseqüentemente, no trabalho desenvolvido dentro dela:

[...] Cada instituição enfrenta a sua própria dificuldade. Então para funcionar o trabalho em rede, a instituição tem que garantir pelo menos o que ela preconiza. Por exemplo, hoje, falando aqui de CRAS, a gente não tem os benefícios eventuais que são preconizados pela política, certo? Não tem! Já vai fazer mais de um ano que não vem os benefícios eventuais. Então, você vai trabalhando como que você tem. É lógico que se você tivesse todos os direitos, todos os benefícios ao seu dispor, para você atender a população, seria uma realidade mais fácil. Não sei nem se seria mais fácil, mas seria mais adequado a gente trabalhar assim, porque você poderia pelo menos tentar responder aquela demanda. A gente tenta lidar com o que tem à disposição (AS1, 2022).

[...] O usuário ele tem que ter acesso pelo direito dele e ele não consegue [...] os CRAS acabam trazendo isso para gente, você tem uma visão fatalista porque convive direto com a política e tudo o que está acontecendo. E todo esse desmonte, fora as outras situações políticas que a gente fica sabendo, porque o CRAS é ponto estratégico. E ao mesmo tempo aquela visão messiânica de que você vê uma família e você olhar para ela e tem toda aquela visão: “eu estou passando fome”. O que você faz quando vê uma criança dois dias sem comer e a última vez que recebeu benefício eventual foi em 2016? E você vai mandar para onde se você é a Secretária que trabalha com isso, com essas questões de vulnerabilidade? Então tudo isso dentro da política de assistência, para a gente que tem esse momento de leitura, que está sempre dentro do Serviço Social, que está se reciclando. Você fica só nesse mundo de desmonte, você acaba não acreditando na não efetivação do direito. E é isso a ideia que eu vejo muito (AS 1, 2022).

Muniz (2011), explicita que a Gestão do Trabalho no SUAS valoriza a equipe de referência, entendendo que esta é fundamental para a efetivação dos serviços socioassistenciais. Entretanto, faz-se necessário delinear acerca dos conceitos de equipe, assim como, de equipe de referência para que possamos delimitar nossa discussão nas equipes que compõem os CRAS.

Sob à luz das contribuições de Piancastelli, Faria, Silveira (2009) (apud Muniz, 2011), o conceito de equipe engloba o todo o tipo de trabalho coletivo que abrange múltiplas habilidades e conhecimentos de um determinado grupo, que possui objetivos e metas em comum, ou seja, o trabalho é construído em conjunto e pautado na prática democrática. Já o que diz respeito ao conceito de equipe de referência, se volta a questão de equipes multiprofissionais que, seguem os mesmos objetivos e finalidades, e que intervêm nas mesmas necessidades e demandas que surgem, se apoiando na divisão sócio territorial.

Afunilando ainda mais esta discussão, as equipes de referências do SUAS são caracterizadas pela junção de vários profissionais, que possuem múltiplos conhecimentos e que trabalham em conjunto a fim de elucidar as questões que lhe são postas. No caso das equipes do CRAS Estiva, as equipes devem ter em sua composição assistentes sociais, psicólogos terapeutas ocupacionais e educadores sociais. Entretanto, por conta da precarização no mundo do trabalho, bem como, os

vínculos empregatícios fragilizados que se constituem, as equipes de referência, na atualidade, se encontram desfalcadas (MUNIZ, 2011).

Face a isto, a AS1 (2022), enuncia que: “É para ter educador social psicólogo e terapeuta ocupacional, mas só que nunca vem nenhum desses profissionais para cá, somente assistentes sociais”. Ademais, a interlocutora ainda relata que:

A gente tem um carro, mas ele só é nosso duas vezes por semana, sendo dividido entre as visitas domiciliares, as situações do administrativo e as capacitações. Então, é um carro para tudo. A gente tem até o meio-dia da sexta-feira também com o carro. Então, isso é muito complicado, porque temos muitas visitas domiciliares (AS1, 2022).

Somada as percepções dos sentidos de trabalho, junto à questão do trabalho em rede que se efetivam dentro da política de Assistência Social, outro fator também contribui, decisivamente, para a realização do exercício profissional dos (as) trabalhadores (as) dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) – à saber: Estiva – neste caso, da assistente social, interlocutora deste estudo: as condições da infraestrutura dos equipamentos referenciados. Sobre este aspecto, AS1 (2022) enuncia que:

As salas aqui do CRAS Estiva não são boas para trabalhar, porque elas não são ventiladas. Elas possuem uns cobogós e um ventilador que mal funciona. A gente não aguenta uma sala quente, imagina um usuário. Então, a gente bate naquela coisa: temos um espaço que não está bom. O CRAS Estiva, ele é um equipamento novo, ele foi reformado. Ele foi um dos primeiros equipamentos que foi reformado nessa gestão, mas ainda sim ficou faltando coisa.

Com base nos relatos anteriores, a realidade que permeia o cotidiano dos CRAS – Estiva – acaba por impactar de maneira, direta – e negativa - o trabalho desenvolvido pela profissional de serviço social nele atuante. Pois, além de fracionarem o trabalho, dada a grande demanda dos usuários, e, a insuficiência dos recursos destinados a estes equipamentos – por exemplo, o carro destinado às visitas domiciliares o número de demandas para as assistentes sociais aumentam, consideravelmente, por conta da fragilidade no quadro de profissionais de ambos os CRAS.

A partir da compreensão dos impactos do processo de reestruturação produtiva, podemos depreender que estes desembocaram, de modo, desenfreado, na desregulamentação dos direitos trabalhistas, visto que incidem no aumento da flexibilização e na precarização do trabalho assalariado. No que diz respeito ao Brasil, a precarização que circunda o mundo do trabalho se efetiva por intermédio da

configuração do modelo de sociedade urbano-industrial, uma vez que, a partir de tal, tornou-se ainda mais latente a concentração de riquezas nos centros urbanos, e como consequência disto, o aumento dos complexos sociais, principalmente, aqueles voltados para as formas de desigualdade e exclusão social nas áreas periféricas (BEHRING, 2009).

Tal fato se expressa bem na realidade de nossa interlocutora, uma vez que ressalta, em seus relatos, a respeito da fragilização de vínculos trabalhistas em curso que são firmados. Vínculos estes que não garantem os direitos sociais então resguardados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ao contrário, fazendo com que os profissionais do CRAS fiquem expostos e suscetíveis a processos de superexploração do trabalho.

Desta feita, com base nas informações obtidas a partir da análise do material colhido nas entrevistas, podemos depreender que as interlocutoras sofrem, diretamente, com tais processos, uma vez que se encontravam submetidos a condições de trabalho precárias por conta das poucas oportunidades que lhe são viabilizadas na sua carreira profissional.

Neste sentido, citamos o seu vínculo empregatício, que é firmado por meio de Seleção Pública – os (as) trabalhadores (as) que se sujeitam a este contrato de trabalho temporário, não possuem nenhum resguardo e/ou garantia, podendo ser descartados a qualquer momento. Para melhor explicitar, destacamos a seguir a fala da interlocutora:

A Seleção Pública deixa a gente muito vulnerável em relação a estabilidade, porque a qualquer momento eu posso pedir para me desligar e se a Prefeitura achar conveniente, ela pode quebrar o nosso contrato. Então a gente fica um pouco preocupado e não se engaja muito nas lutas. A gente necessita do nosso trabalho para sobreviver, então gera aquela preocupação de que eu não posso estar me expondo porque eu não tenho segurança. Eu tenho as minhas obrigações como cidadã, com a minha família, então a seleção é muito complicada. E é algo que pode ser prorrogado por mais uma no e você sai sem saber o que vai fazer da vida depois (AS 1, 2022).

Somado a isto, também citamos acerca da descontinuidade do trabalho – neste caso, de assistentes sociais - pois, como as Seleções Públicas possuem a durabilidade de apenas dois anos, tanto a rotatividade em relação ao corpo profissional aumenta, consideravelmente, assim como, há uma quebra no trabalho que vem sendo desenvolvido, visto que os vínculos que são estabelecidos entre os (as) profissionais dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), com o

público-alvo, são rompidos quando seus contratos chegam ao fim. Face a isto, a AS1 (2022) também relata que:

O primordial aqui no CRAS é o trabalho com as famílias, que o acompanhamento PAIF. Aí de dois em dois anos quebra, porque querendo ou não, as famílias se vinculam a gente. Tem todo o recorte que a gente faz dos grupos, então ela se sente à vontade de falar as demandas. Ela já cria aquele vínculo e de dois em dois não ela perde. Então para um profissional novo chegar, conseguir adentrar na realidade daquela pessoa é complicado, porque não é para toda pessoa que ela se abre.

A gente começa tudo do zero, porque vai conquistar a família. A família vai ter que se sentir à vontade em falar a demanda. Tem os prontuários, que a gente coloca as coisas pontuais de cada família, mas até ela chegar e se sentir à vontade com o profissional, demanda tempo. É como eu cheguei. Quando eu cheguei, eu peguei o lugar de uma pessoa que já estava realizando um trabalho. A gente chama as famílias, algumas não vêm, porque elas gostam de assistente social tal e agora é outra que elas nem conhecem. Lógico que com o tempo a gente vai conseguindo, mas é tipo acabar com o trabalho pela metade, aí o novo profissional vai e começa do zero.

Desta forma, embora ela reconheça que a política foi fomentada de maneira a abarcar as demandas daqueles que dela necessitam, ela não consegue dar conta desta totalidade, haja vista a falha que perpassa o campo da Assistência Social:

A assistência é para todos aqueles que necessitam e a gente acaba não fazendo isso. E enquanto assistente social, isso é o que lhe marca muito, porque querendo ou não, você acaba fazendo uma triagem daquilo que de forma imediata você tem que fazer [...] todo dia isso é um choque! Para mim é um negócio muito complicado de você ver e ter que escolher ali [...] você olhar pra aquela lista e ver qual a família que tá numa situação mais degradante mesmo, da condição humana, que vai receber uma cesta que não vai durar um mês. E você entrar em um território de pessoas com fome, com um carro com três cestas, e entregar uma cesta básica. Então quando eu falo de política de assistência, eu vejo uma política, que ela tinha vindo, ela foi toda elaborada de uma maneira de lhe dar garantia de vida, e vida com dignidade, lhe dar um crescimento. E ela está sendo utilizada de forma paliativa, imediatista [...] eu tenho a impressão de que está todo mundo jogado no mar, e os assistentes sociais, é como se fossem aqueles botes que você que só se segura (AS1, 2022).

Entretanto, AS1 (2022) relata que embora as ações profissionais no âmbito da Proteção Social Básica, executadas no Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), seja permeada por entraves, dada a descontinuidade das ações no campo socioassistencial, o trabalho realizado, ainda assim, se volta para a dimensão do direito, no sentido da materialização deste, apesar da precarização que permeia o cotidiano das/os profissionais do CRAS Estiva.

Desta forma, a interlocutora assim enuncia:

O usuário tem que ter acesso ao direito dele, mas ele não consegue. Então isso acaba trazendo para a gente uma visão fatalista, porque você convive com algo que não está acontecendo. Todo esse desmonte, todas essas

situações políticas. Ao mesmo tempo, também tem a visão messiânica daquela família, porque você a vê passando fome [...] E você vai mandar para onde, se você é o equipamento que está trabalho com essa vulnerabilidade? Então, para tudo dentro da Assistência Social tem que ter esse momento de leitura. O Serviço Social tem que está sempre se reciclando, porque se você ficar só dentro dessa lógica do desmonte, você acaba não acreditando na ideia da efetivação do direito.

Desta forma, embora, a consolidação do trabalho seja permeado por desafios no que diz respeito a sua consolidação, Carvalho e Silveira (2011) afirmam que a mesma deve se implementar de modo sistemático e continuado, vislumbrando fortalecer o planejamento e a aprendizagem dos trabalhadores, neste caso, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da política de Assistência Social, de modo a impactar positivamente na materialização dos serviços socioassistenciais, com ênfase no desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos e das famílias referenciadas pela política pública de Assistência Social, como destacado pela interlocutora na fala retratada anteriormente.

Diante do exposto, a atuação do Serviço Social deve se embasar em uma postura crítica para com a sua prática profissional, postura esta que lhe dará sentido, possibilitando que não seja esvaziada de bases teórico-metodológicas e ético-políticas (PEREIRA, 2013). Seguindo este argumento, além das perspectivas teórico-metodológicas e ético-políticas, o viés técnico-operativo também é essencial no que concerne a efetivação do exercício profissional. E dentro deste, ressalta-se a dimensão da instrumentalidade, ou seja, a capacidade de a profissão servir como mediação entre o projeto burguês para com a operacionalização das políticas sociais. Nesta ótica,

Em relação à instrumentalidade face ao projeto burguês, a autora aponta que diante do caráter reformista e integrador das políticas sociais, esta refere-se à capacidade que a profissão tem de ser convertida em meio de manutenção da ordem dentro de uma estratégia histórica de controle, via políticas sociais, operacionalizadas por assistentes sociais (PEREIRA, 2013, p. 15).

Com vistas em melhor explicar acerca do exercício profissional do (a) assistente social, Guerra (2012) destaca que ao ser atravessado por diversas perspectivas – por conta das múltiplas subjetividades de todos (as) os (as) trabalhadores (as) – junto às várias faces das expressões da questão social, a atuação constitui-se de modo interatuante em relação aos demais. Desta forma, a intervenção profissional correlaciona-se de modo direto com as três dimensões do Serviço Social: os vieses teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político. Valendo ressaltar

estas dimensões fornecem limites e possibilidades para o exercício profissional, uma vez, que através destas, torna-se possível apreender a essência – contraditória – do real.

Portanto, embora seja um ramo específico do trabalho coletivo, o serviço Social como profissão “necessita de fundamentos teórico-metodológicos, conhecimentos e saberes interventivos, habilidades técnico-profissionais, procedimentos teórico-metodológicos e de uma perspectiva ética com clara orientação estratégica” (GUERRA, 2012). Diante disto, vislumbrando melhor elucidar a respeito da intervenção profissional nos CRAS Estiva, elucidaremos a seguir, esboços sobre a categoria instrumentalidade, por ser é um componente imprescindível para a análise do objeto em estudo.

Quando perguntei sobre o cotidiano do trabalho a AS1 nos expõe as seguintes funções das técnicas: Acolhida; acompanhamento dos casos encaminhados pela rede e em atendimento; atendimento das demandas espontâneas e demandas encaminhadas; articulação com o CRAS e demais setores da rede municipal, quando necessário; cadastramento de famílias no PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) e no programa municipal de acesso aos benefícios eventuais; visitas domiciliares demandadas pela Promotoria de Justiça e pelo Conselho Tutelar entre outros; acompanhamento e apoio técnico aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos referenciados ao CRAS; acompanhamento das famílias em situação de descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família; orientação e encaminhamento para acesso ao Benefício de Prestação Continuada; alimentação dos sistemas de informações (planilhas, relatórios, registro no livro de atas).

Sobre o cotidiano profissional, Barroco (2012) faz as seguintes considerações:

A vida cotidiana é o espaço de reprodução do trabalho do assistente social. As demandas típicas das instituições rebatem na dinâmica da cotidianidade, ganhando consistência, pois a heterogeneidade, a repetição, a falta de crítica, o imediatismo, a fragmentação, o senso comum, o espontaneísmo são atitudes típicas da vida cotidiana repetidas automaticamente em face da burocracia institucional. Ou seja, a burocracia favorece essa dinâmica. Contudo, não é necessário que seja assim. Uma das formas de reprodução da alienação que ronda o trabalho cotidiano é a do comportamento ético-profissional que contraditoriamente defende os valores do código de ética e realiza outros valores, muitas vezes de forma inconsciente. Entre outros fatores, trata-se de uma repetição espontânea de certos costumes e valores internalizados e consolidados por meio de sua formação moral, anterior à formação profissional (AS 1, 2022).

Podemos observar que a demanda pelo serviço do assistente social é grande, visto que, além de suas funções eles ainda realizam avaliação social dos indivíduos que precisam dos serviços ofertados por outras instituições, afinal é função dele atender o usuário na totalidade de suas demandas.

Infelizmente, atualmente, é difícil conseguir identificar o que de fato se torna função do profissional da Assistência Social, pela diversidade de demandas das expressões da questão social fruto da conjuntura capitalista. Assim as demandas que chegam aos técnicos têm se diversificado e aumentado, por isso não podemos deixar de lembrar o quanto são necessários um profissional qualificado, teórico, técnico e politicamente, que saiba reconhecer no usuário suas demandas além das apresentadas, e que seja crítico em seu desempenho profissional, sem se deixar envolver pela rotina e pelo tecnicismo, um profissional que tenha contribuições a fazer junto a seus usuários, instituição e classe. NETTO (2007) discute a importância de um profissional capacitado para lidar com as questões contemporâneas visualizadas no exercício profissional dos assistentes sociais:

A racionalidade burocrático-administrativa com que a “modernização conservadora” rebateu nos espaços institucionais do exercício profissional passou a requisitar do assistente social uma postura ela mesma, “moderna”, no sentido da compatibilização no seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades demandantes daquela racionalidade (AS 1, 2022).

Nesta ótica, ao interroguei a interlocutora a respeito da contribuição da dimensão técnico-operativa no seu exercício profissional, elas consideram tal perspectiva imprescindível, pois, é a partir dela que a escolha dos instrumentais e técnicas necessárias para a intervenção em determinada demanda se torna possível. Reiterando, portanto, que por meio desta, a efetivação da política de Assistência Social encontra fundamentos para a sua implementação.

Entretanto, ressaltamos que embora as vertentes teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa sejam distintas, elas não são independentes. Pois, somente através da mobilização destas três dimensões, é que se torna possível materializar a instrumentalidade no cotidiano profissional do (a) assistente social.

É válido ressaltar que embora seja vista como “nova”, dada a introdução do neoliberalismo na década de 1990, tal proposta apenas reatualiza o conservadorismo. Por conta da imediatividade do cotidiano, às vezes, as ações profissionais não são fundamentadas em reflexões críticas para com as expressões da questão social, reiterando, portanto, o assistencialismo e a filantropia que permearam as protoformas

do Serviço Social, uma vez que as ações se expressam por meio da ajuda psicossocial e moralizante com os desajustados (as) (NETTO, 1991 apud OLIVEIRA et al., 2018).

De acordo com Bezerra e Silva (2018), os processos de ensino e aprendizagem que envolvem os (as) estudantes de Serviço Social são imprescindíveis, pois além de contribuírem com a bagagem teórico-metodológica destes, também promovem a capacidade do “saber fazer” do (a) assistente social frente as mazelas sociais que aparecem no seu cotidiano. A relação existente entre o ensino e a prática constituem a profissão dentro da especialização do trabalho, possibilitam que ela ultrapasse as restrições cotidianas, adotando uma postura vá para além do pragmatismo, desenvolvendo e capacitando, portanto, as competências profissionais. Nesta lógica,

Fica nítida aqui a compreensão de que a dimensão prática do exercício profissional do assistente social não pode ser apreendida distante de suas conexões com o contexto socioeconômico e político-cultural que a torna socialmente necessária. Dessa maneira, também a formação profissional precisa ser sintonizada a essa compreensão, favorecendo aos(as) estudantes a compreensão dessa teia de relações teórico-práticas (re)construídas no processo sócio-histórico do Serviço Social (BEZERRA; SILVA, 2018, p. 44).

Desta forma, com vistas para a ressignificação do exercício profissional diante das tessituras contraditórias da realidade do sistema capitalista, AS1 (assistente social do CRAS Estiva) aponta como saída a dimensão da pesquisa na formação dos (as) futuro(as) assistentes sociais, visto que ela possibilita vastas experiências para os (as) estudantes.

Além dos relatos sobre a categoria trabalho, realizou-se a pergunta acerca do processo de trabalho do assistente social no CRAS Estiva em tempos de Pandemia da Covid-19. A AS1 relatou experiências no processo de materialização do canal de comunicação remoto, como estratégia para alcançar os usuários que necessita dos serviços da Assistência Social e das demais políticas públicas setoriais, e estiveram impedidos de realizar o acesso.

No que tange o trabalho do assistente social na pandemia surgiram diferentes concepções, sendo elas demonstradas na entrevista como o compromisso com o Projeto Ético Político profissional:

De início foi muito difícil, porque a gente precisou organizar e reestabelecer normas internas de planejamento tático para atender os usuários do sistema de Assistência Social. Até hoje ainda estamos aguardando algumas respostas da secretária para fins de atender algumas demandas sociais advindas dos usuários (AS 1, 2022).

Somado a isto, a assistente do CRAS Estiva reitera a questão das vivências nos campos de atuação socioassistencial, visto que por meio de tais, se torna possível um maior contato com a realidade na qual a profissão está inserida, realidade esta que muitas vezes se expressa para além da aquilo que é apreendido em sala de aula.

Em suma, com base nos “achados” de pesquisa colhidos em campo, podemos depreender que embora o exercício profissional do (a) assistente social seja travado por embates que fogem de sua alçada, enquanto, trabalhadores (as), e que muitas das vezes desafiam-nos (as), pois colocam em xeque, sobretudo, a materialização de nosso projeto ético- político, é uma capaz de viabilizar e assegurar que o (a) usuário (a) tenha acesso ao direito, via políticas públicas. Além de sempre ratificarem em sua prática profissional, o sentido da luta social de cada indivíduo, salientando o papel da população dentro da democracia, pois, os (as) usuários (as) são considerados como protagonistas e sujeitos de direitos dentro das políticas sociais.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho de conclusão de curso (TCC), vislumbrou, sobretudo, agrupar todos os dados coletados da pesquisa bibliográfica e empírica com o intuito de explanar de maneira clara os objetos em tela que foram fundantes para a sua elaboração, aprofundando as categorias analíticas em diálogo com a realidade social. Nossa proposta interventiva explorou, principalmente, os sentidos de trabalho e instrumentalidade(s) dentro da política de Assistência Social, focalizando nas narrativas e experiências de assistentes sociais atuantes nos CRAS Estiva, situados na região de São Luís/MA.

É interessante reiterar, que, embora a categoria trabalho seja perpassada pela esfera econômica, os sentidos de trabalho que emergiram para a nossa interlocutora ultrapassam este viés, perpassando desde a sua dimensão ontológica, até o fato de ser reconhecido como uma atividade que dá sentido à vida. No tocante à instrumentalidade(s), pudemos perceber que mesmo sendo compreendida – a partir das falas da assistente social a partir de suas três dimensões, esta categoria se faz essencial para a efetivação do exercício profissional nos CRAS Estiva.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Assistência Social é para quem dela necessitar, sendo o público-alvo desta política pública, a população em situação de vulnerabilidade e/ou risco social. Entretanto, é notório que o contexto que

assola o campo socioassistencial, impacta, diretamente, na restrição da política de Assistência Social, bem como, do trabalho nela desenvolvido.

Desta forma, aponto que a implementação da política de Assistência Social no Brasil ainda encontra grandes entraves, face às medidas neoliberais adotadas neste contexto de crise mundial do capital. Logo, cada vez mais o Estado atua em segundo plano, mantendo medidas mínimas em relação ao campo social, e dentro deste, ressaltamos a própria política de Assistência Social, na medida em que retira, duramente, os direitos conquistados e assegurados às camadas mais populares.

Dentro deste contexto, também ressaltamos que as expressões da questão social complexificam-se cada vez mais, assim como, avançam de modo progressivo no nosso cotidiano. Logo, medidas conservadoras dentro da política de Assistência Social são efetivadas. Estas podem ser expressas através da materialização de práticas compensatórias e focalizadas por parte dos (as) profissionais nela atuantes, no que diz respeito às respostas dadas frente as demandas apresentadas por seus (as) usuários (as).

Com base no que foi exposto nas seções anteriores, pudemos visualizar os impasses que permeiam a efetivação do exercício profissional nos CRAS Estiva, a interlocutora sinalizar que estes impasses perpassam desde a não efetivação daquilo que é preconizado dentro da Política Nacional de Assistência Social (2004), até as próprias condições para a realização de seu trabalho, visto a precarização, seja das unidades públicas – os CRAS -, seja dos vínculos empregatícios, e, até mesmo das próprias condições de trabalho que se expressam no cotidiano de nossas interlocutoras. Entretanto, mesmo havendo estes empecilhos, elas reiteram em suas falas que trabalham sempre na perspectiva de ampliação do direito, no sentido de materialização deste aos (às) usuários (as) dos CRAS.

Nesta linha de raciocínio, a formação profissional de nós, assistentes sociais, nos possibilita a todo momento considerar a dimensão prática em nosso cotidiano. Logo, ao mobilizarmos um conjunto de saberes, como base na apreensão do movimento dialético da realidade, e por meio da compreensão sócio-histórica, nos afastamos de uma perspectiva conservadora, na medida em que aprimoramos nossas dimensões críticas e reflexivas em relação ao nosso exercício profissional.

Portanto, ao materializarmos resposta profissional que ultrapassam os entraves da realidade na qual estamos submetidos (as), tecendo reflexões e análises críticas em relação ao nosso cotidiano, concretizamos ações que propõem o alargamento do

campo dos direitos sociais, com vistas à efetivação de um projeto profissional que ultrapassa as barreiras do conservadorismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. Mundialização do Capital e Acumulação Flexível- A Nova Ofensiva do Capital na Produção. In: **Trabalho e Mundialização do Capital-** A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização. Londrina: Práxis, 1999. cap. 3, p. 79-91.

ALVES, Giovanni. O Que é a Mundialização do Capital. In: **Trabalho e Mundialização do Capital-** A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização. Londrina: Práxis, 1999. cap. 3, p. 53-77.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social:** Fundamentos Ontológicos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete (orgs.). Capitalismo, liberalismo e origens da política social. In: **Política Social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011. cap. 2, p. 47-71.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete (orgs.). Crise, reação burguesa e barbárie: a política no neoliberalismo. In: **Política Social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011. p. 122-134.

BEZERRA, Clara Angélica de Almeida Santos. **Marxismo e Serviço Social:** um estudo sobre a incorporação da categoria "liberdade" pela tendência de ruptura com o tradicionalismo. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

BRANDÃO, Eduardo. Algumas reflexões sobre pandemia e filosofia no Brasil. Voluntas: **revista internacional de filosofia**, v. 11, n. 8, p 1-6. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/342723233\\_Alguas\\_reflexoes\\_sobre\\_pandemia\\_e\\_filosofia\\_no\\_Brasil/fulltext/5f03c7794585155050919959/Algumas-reflexoes-sobre-pandemia-e-filosofia-no-Brasil.pdf](https://www.researchgate.net/publication/342723233_Alguas_reflexoes_sobre_pandemia_e_filosofia_no_Brasil/fulltext/5f03c7794585155050919959/Algumas-reflexoes-sobre-pandemia-e-filosofia-no-Brasil.pdf). Acesso em: 10 março. 2022.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2013. Disponível em: [http://www.cresses.org.br/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=69&Itemid=78](http://www.cresses.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=69&Itemid=78). Acessado em 22 maio. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2013. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm). Acesso em: 22 maio. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior:** e-MEC. 2019. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 maio. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 1428, de 28 de dezembro de 2018. **Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial.** 250. ed. Brasília, DF, 31 dez. 2018. Seção 1, p. 59. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251). Acesso em: 12 de mar 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510**, de 7 de abril de 2016. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1. p. 44-46. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resoluções/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 22 maio. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para população em extrema pobreza– Centro POP.** Volume 3. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Aprendendo a Contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Extrema pobreza.** Brasília: [s.n.], 2009.

BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome; Secretaria Nacional De Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004.** Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.053**, 23 de dezembro de 2009. Instituiu a Política Nacional para a População em Extrema pobreza (PNPR). Brasília, 2009.

BURSZTYN, Marcel. No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. In: **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000.

COMBATE e prevenção. **Exclusão Social.** Disponível em: < <https://exclusao0social.wordpress.com/category/a-exclusao-social/>>. Acesso em: 21 marc. 2022.

COSTA, Ana Paula Mota. **População em extrema pobreza: contextualização e caracterização.** Revista Virtual Textos & Contextos, n. 4, dez.,2005.

DAVIS, Mike; HARVEY, David; BIHR, Alain; ZIBECHI, Raul; BADIOU. **Coronavírus e a luta de classes.** Terra sem Amos: Brasil, 2020.

SCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu: Trajetórias de Exclusão Social.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

GERBELLI, Luiz Guilherme. Com coronavírus, economia global deve ter pior desempenho desde a Grande Depressão, diz FMI. G1 Notícias, 14 abr 2020. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/14/comcoronavirus-economia-global-deve-ter-pior-desempenho-desde-a-grande-depressaodiz-fmi.ghtml>. Acesso em: 06 julho. 2022.

ESMERALDO FILHO, Carlos Eduardo; OLIVEIRA, Lucia Conde. **Questão Social e as Pessoas em Extrema pobreza**. In: CUNHA, Aurineida Maria; SILVEIRA, Irma Martins Moroni. Expressões da questão social no Ceará. Fortaleza: Ed UECE, 2015.

FIDELIS, Nina. Renda básica só é possível porque ainda não privatizaram tudo, diz Tereza Campello. Instituto Humanitas Unisino, 09 de abril de 2020. **Revista IHU online**, v. 1, 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597936-renda-basica-so-e-possivel-porque-ainda-nao-privatizaram-tudo-diz-tereza-campello>. Acesso em: mar.2022.

GIL, Antonio Carlos. Entrevista. In: **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A sociabilidade na órbita do capital: a invisibilidade do trabalho e a radicalização da alienação. In: **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 47-100.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Capital social, questão social e serviço social. In: **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2015. p.105-155.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Mundialização do capital, “questão social” e serviço social no Brasil. **Revista em pauta: dossiê serviço social**, n. 21, 2008.

MACIEL, Valney Rocha. Os herdeiros da miséria: o cotidiano de mendicância no Centro de Fortaleza. Fortaleza, 2004. 130 f. Dissertação (Mestrado em MARX, Karl. A Lei Geral da Acumulação Capitalista. In: **O Capital**. São Paulo: Ed Nova Cultural Ltda; 1997.

MDS, **Centro Pop** - Institucional. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/centro-pop-centro-de-referencia-especializado-para-populacao-em-situacao-de-rua/centro-pop-institucional>. Acesso em: 18 mar de 2022.

MINAYO, M. C. S. (Org.). (2001). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 17 ed. Cortez. São Paulo, 2015.

NOGUEIRA, Vanessa Saraiva. **A Política Nacional para População em Extrema pobreza implementada no Centro Pop de Fortaleza**. 2014. 179f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Histórico da pandemia de covid19. Folha informativa sobre COVID-19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid-19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 06 nov. 2022.

PROGRAMA NACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO.

**Índice de desenvolvimento humano.** Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em: 12mar de 2022.

RAICHELIS, Raquel. Esfera pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática. Cortez, São Paulo: 1998. In **Revista Serviço Social e Sociedade** nº 88.

RIOS. Kênia Sousa. **Campos de Concentração no Maranhão: Isolamento e poder na Seca de 1932.** Maranhão: Museu do Maranhão, 2006.

RODRIGUES, Igor de Souza. **A construção social do morador de rua: o controle simbólico da identidade.** 2015. 129f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora, MG, 2015.

SPOSATI, Aldaíza. A menina LOAS: um processo de construção da assistência social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007. 112

SPOSATI, Aldaiza; CARVALHO, Maria do Carmo; FLEURY, Sônia Maria Teixeira. Os direitos (dos desassistidos) sociais. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça.** São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Poderá o direito ser emancipatório? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 65, p. 3-77, maio, 2003.

SANTOS, Josiane Soares. **Apropriações da tradição marxista no Serviço Social.** 2007. Disponível em: [www.assistentesocial.com.br](http://www.assistentesocial.com.br). Acesso em: 16 nov. 2019.

SANTOS, M. C. O.; Lima, F. P. A.; Murta, E. P.; Motta, G. M. V. Desregulamentação do trabalho e desregulação da atividade: o caso da terceirização da limpeza urbana e o trabalho dos garis. **Produção**, v. 19, n. 1, p. 202-213, 2009.

SANTOS. Milton. O mundo como fábula, como perversidade e como possibilidade. In: **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Previdência Social um direito conquistado.** 2. ed. Brasília: Ed. do Autor, 1997.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Trabalho e população em extrema pobreza no Brasil.** São Paulo: Editora Cortez, 2021.

SILVA, Robson Roberto da. Renda mínima e proteção social: aspectos históricos, teóricos e conjunturais. **Katállys**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 110-119, jan./abr. 2019.

TEIXEIRA, Narah Cristina Maia. **Sentidos e Significados do Trabalho na Coordenadoria da Criança e do Adolescente/Funci da Secretária de Direitos Humanos de Fortaleza/CE.** 2012. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão**. 2009.  
Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/45034470/2-1-o-significado-socio-historico-da-profissao-maria-carmelita-yazbek>. Acesso em: 15 abr 2021.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

#### PERFIL PROFISSIONAL

- Qual seu regime de contratação?
- Qual sua função? E a quanto tempo a exerce na instituição?
- Já trabalhou outras vezes na Política de Assistência Social? Onde?
- Quantas horas semanais você se encontra na instituição? Acha suficiente para a realização de suas funções?
- Ocupa a função de chefia ou Coordenação técnica? Sim ( ) Não ( ) Se a resposta for não favor pular as próximas três questões.
- Como chegou a ela? Indicação institucional ( ) Indicação da equipe ( )
- Quando chegou a esta função?
- Esta função é gratificada? Sim ( ) Não ( )

#### COTIDIANO PROFISSIONAL

- O que você entende por atribuições profissionais na política de Assistência Social?
- Quais as atribuições profissionais dos assistentes sociais da instituição?
- Quais são suas atribuições profissionais?
- Quem determina as atribuições profissionais dos assistentes sociais na instituição?
- Existem diferenças entre as atribuições profissionais e as demandas institucionais? Sim ( ) Não ( )
- Quais?
- Você realiza registro estatístico (relatórios sociais, pesquisa, estudos sociais.) das atividades? Sim ( ) Não ( )

- Por quê?
- Como são realizados os registros?
- Você julga satisfatório o atendimento aos usuários?
- Poderia afirmar que suas demandas são atendidas? Por quê?
- O atendimento das demandas vincula-se à execução de alguma política social?  
Sim ( ) não ( )
- Quais?
- E de políticas públicas?
- Como se realiza essa vinculação?
- Em tempos de pandemia, como foi o processo de trabalho?

### **PERFIL PROFISSIONAL**

- Formação, local e ano.
- Ingresso no trabalho via concurso? Sim ( ) Não ( )
- Quando?
- Quais os conhecimentos necessários para a realização do seu trabalho profissional?
- Possui curso de pós-graduação? Não ( ) Especialização ( ) Mestrado ( )  
Doutorado ( )
- Em que área?
- Quando e quais foram os 3 últimos cursos dos quais participou?
- Há reuniões para estudo no local de trabalho? Sim ( ) Não ( )
- A instituição estimula sua qualificação? Sim ( ) Não ( )
- Como?

Aos Assistentes sociais:

- Você possui registro no CRESS?
- Mantém contato com o conselho da categoria? Como?
- Vincula-se a outro movimento social ou de categoria? Cite.
- Conhece o código de ética de 93? Sim ( ) Não ( )
- O que lhe chama mais atenção no código?
- Conhece a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93)? Sim ( ) Não ( )
- O que lhe chama mais atenção na lei?